



**INSTITUTO PIAGET**

*Campus* Universitário de Viseu

**INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS INTERCULTURAIS E TRANSDISCIPLINARES  
(ISEIT)/VISEU**

Decreto Lei N.º 211/96 de 18 de Novembro

Ernestina Bonguela Candele Manuel

## **CRIANÇA EM IDADE ESCOLAR E VIOLÊNCIA PARENTAL**

Mestrado em Saúde e Intervenção Comunitária

Orientador: Prof. Doutora Zaida Azeredo

Co-orientador: Prof. Doutor Paulo Alves

**Viseu, 2019**





**INSTITUTO PIAGET**

*Campus* Universitário de Viseu

**INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS INTERCULTURAIS E TRANSDISCIPLINARES  
(ISEIT)/VISEU**

Decreto Lei N.º 211/96 de 18 de Novembro

**MESTRADO EM SAÚDE E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA**

## **Dissertação**

Dissertação apresentada com vista à  
obtenção do grau de Mestre em  
Saúde e Intervenção Comunitária  
(2º ciclo de estudos), ao abrigo do  
Despacho nº 11035/2016 de 13 de  
setembro

Mestrado em Saúde e Intervenção Comunitária

Orientador: Prof. Doutora Zaida Azeredo  
Discente: Ernestina Bonguela Candele Manuel

**Viseu, 2019**



**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

A presente Dissertação foi realizada por Ernestina Bonguela Candele Manuel, estudante do 2º Ciclo de Estudos do Mestrado em Saúde e Intervenção Comunitária, para a Unidade Curricular de Exame final, no ano lectivo de 2018/2019.

O seu autor declara que:

- I. Todo o conteúdo das páginas que se seguem é de autoria própria, decorrendo do estudo, investigação e trabalho do seu autor.
- II. Quaisquer materiais utilizados para a produção deste trabalho não colocam em causa direitos de Propriedade Intelectual de terceiras entidades ou sujeitos.
- III. Este trabalho, as partes dele, não foi previamente submetido como elemento de avaliação nesta ou em outra instituição de ensino/formação.
- IV. Foi tomado conhecimento das definições relativas ao regime de avaliação sob o qual este trabalho será avaliado, pelo que se atesta que o mesmo cumpre as orientações que lhe foram impostas.
- V. Foi tomado conhecimento de que este trabalho deve ser submetido em versão digital e que essa versão poderá ser utilizada em actividade de detenção de plágio, por processos de análise comparativa com outros trabalhos, no presente ou no futuro.

Viseu, ao \_\_\_\_\_ de Outubro de 2019

**Assinatura**

---



**EPÍGRAFE**

*“Se existe amor, há também esperança de existirem verdadeiras famílias, verdadeira fraternidade, verdadeira igualdade e verdadeira paz”. (Dalai Lama)*





## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho, a todas as crianças em idade escolar que são vítimas de violência parental.

Às que deram conta que eram vítimas e tiveram a coragem de pedir ajuda ...

Mas, principalmente, àquelas que ainda vivem inocentes!

O meu muito obrigada...



## AGRADECIMENTOS

O desafio de olhar para a sociedade e identificar problemas dos quais acreditamos ser capazes de ajudar a resolver, o dom Divino da sapiência e discernimento para produzir conhecimento que geram mudanças favoráveis no destino de uma criança, já é de todo uma imensa gratidão. Ao Instituto Superior Jean Piaget de Viseu e aos professores que fizeram parte deste meu percurso académico.

À Professora Doutora Zaida Azeredo, pela atenção e tempo dedicado, pelas suas valiosas sugestões, conhecimento e orientação, fatores que possibilitaram a construção e consolidação deste trabalho, tornando a presente investigação o mais proveitosa possível.

Ao Professor Doutor Paulo Alves, pela forma brilhante com a qual soube transmitir responsabilidade e disciplina académica, o que contribuiu para uma melhor avaliação e crescimento no campo da ciência.

À Administração Municipal de Talatona por todo o apoio e pela autorização da aplicação dos questionários e entrevistas em famílias residentes no município. Às minhas colegas de trabalho, por me apoiarem na construção do meu percurso profissional.

Aos Presidentes das Comissões de Moradores pela aplicação dos questionários e pela excelente colaboração no trabalho que com eles desenvolvo diariamente, tornando-o estimulante e gratificante, pelo carinho e incentivo que manifestaram, sempre que precisei.

Ao meu pai (*In memoriam*) por defender sempre o princípio da sabedoria, e a minha mãe pelo seu amor incondicional, pela confiança, orgulho, oportunidade e disponibilidade em assumir o meu lugar cuidadora do lar e dos netos, sempre que precisei ausentar-me para prosseguir com a trajetória académica e concretizar os meus sonhos.

Ao meu querido esposo e filhos por suportarem longos períodos da minha ausência, pelo carinho e encorajamento.

A todas as crianças vítimas de violência parental, pelo envolvimento e empenho em colaborar neste estudo, respondendo de forma altruísta às perguntas colocadas.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para a elaboração desta dissertação, um sincero obrigado!



## RESUMO

A violência doméstica e sobretudo a violência sobre crianças e idosos tem vindo a aumentar, merecendo a atenção não só de profissionais a trabalhar diretamente com população, mas também de governos e organizações internacionais como a OMS, ONU e UNICEF.

O presente trabalho teve como **objetivo**: avaliar a prevalência de violência parental e tipologias de violência nas crianças em idade escolar, que residem no Município de Talatona, e não frequentam qualquer estabelecimento de ensino.

**Metodologia:** foram inquiridas e observadas 140 crianças de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos de idade que não frequentavam estabelecimentos de ensino.

Para o efeito foi por nós elaborado um questionário, que foi submetido ao Índice de Validade de Conteúdo pelos juizes, onde foram eliminadas e reformuladas algumas perguntas. Foram analisadas as variáveis sociodemográficas e operacionalização das variáveis dependentes para aferir os indicadores de violência parental, tendo em conta as dimensões, físicas, psicológicas, negligência, exploração infantil, e violência sexual.

Para o tratamento de dados dos dados foi utilizado o programa “*Statistical Package for Social Sciences*” – SPSS para o Windows, versão 12.0.

**Resultados:** foram inquiridas e observadas 140 crianças com idades compreendidas entre 6 aos 10 anos de idade, sendo a maioria (57,1%) do sexo masculino.

Os resultados do estudo evidenciaram que, 26,4 % das crianças sofrem agressão física, 15,0 % apresentam sinais de maus tratos e (5,7 %) hematomas. Em 12,9 % dos casos os pais se agredem na presença dos filhos e em 11,2% os pais proferem palavras obscenas na presença da criança, 26,4 % das crianças sofrem agressões verbais. Nas dimensões negligência e abandono, em 80,0 % dos casos os pais parecem ser assertivos; em 87,1 % dos casos a criança não está autorizada a tomar as suas próprias decisões. A maioria (62,1%) das crianças executa tarefas domésticas, nas quais se inclui entre outras, cuidar de irmãos menores, lavar a louça, transportar água, etc. Verificamos ainda que são tarefas desempenhadas mais pelo sexo

feminino (76, 7%), comparando com o sexo masculino (51,3%). No que diz respeito a “brincadeiras sexualizadas”, as raparigas do grupo etário mais velho, estão em maior percentagem com (52,2%), enquanto os rapazes são apenas (38,6 %). Já no grupo etário mais jovem, são os rapazes que afirmam em maior percentagem (33,1%) ter tido “brincadeiras sexualizadas”.

**Conclusões:** A realização da presente pesquisa, confirmou que a violência parental existe no município de Talatona estando provavelmente associada a factores socioculturais, a merecer uma intervenção multidisciplinar e multisectorial.

**Palavras-chave:** Crianças em idade escolar; Violência parental; Tipologia de violência

## ABSTRACT

Domestic violence and especially violence against children and elderly is increasing, deserving attention not only from the professionals who are working directly with the population, but also from governments and international organizations such as WHO, UN and UNICEF.

**Aim:** To evaluate the prevalence of parental violence and the typologies of violence in children between 6-10 years old, who are not attending any school and are living in the municipality of Talatona.

**Methodology:** We study 140 children between 6 and 10 years old, not attending any school, of both sexes.

For this purpose a questionnaire was elaborated by us, which was previously submitted to a group of judges using the Content Validity Index. Some questions were eliminated and others reformulated.

Sociodemographic variables and operationalization of dependent variables were analyzed to measure indicators of parental violence, taking into account the physical, psychological, neglect, child exploitation, and sexual violence dimensions.

For data processing, we used the program “Statistical Package for Social Sciences” - SPSS for Windows, version 12.0.

**Results:** 140 children aged 6 to 10 years old were surveyed and observed, most of them (57.1%) were male.

The results of the study showed that 26.4% of children suffer physical aggression, 15.0% show signs of abuse and (5.7%) bruising. In 12.9% of cases the parents assault themselves in the presence of their children and in 11.2% the parents utter obscene words in the presence of the child, 26.4% of the children suffer verbal aggression. Also there are cases of neglect and abandonment but in 80.0% of the cases the parents seem to be assertive; in 87.1% of cases the child is not allowed to make his own decisions. Most children (62.1%) perform housework, which include, among others, taking care of younger children, washing dishes, transporting water, etc. We also verified that these tasks are more performed by females (76.7%), compared to males (51.3%). Regarding “sexualized play”, girls of older age group have a higher percentage (52.2%), while the boys if (38,6%). Youngest group show a higher percentage (33,1%) than the girls.

**Conclusion:** The present research confirmed that parental violence exists in the city of Talatona and is probably associated with sociocultural factors which needs a multidisciplinary and multi-sectorial intervention.

Keywords: School children; Parental violence; Typology of violence



**ABREVIATURAS e SIGLAS**

ACRWC – Carta Africana para os Direitos e Bem-estar da Criança

APDCH - Aliança para Promoção do Desenvolvimento da Comuna de Hoji-ya-Henda

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCI – Defesa Internacional da Criança

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

FFCLRP – Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras de Ribeirão Preto

INAC – Instituto Nacional da Criança

ISPCAN – International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect

IVC – Índice de Validade do Conteúdo

MINARS – Ministério da Assistência e Reinserção Social

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria

SPSS – Statistical Package for Social Science

UNASP – Universidade Adventista de São Paulo

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

WHO - World Health Organization & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect.



**ÍNDICE DE TABELAS**

<b>Tabela 1.</b> Indicadores de violência física das crianças .....	Pág. 74
<b>Tabela 2.</b> Indicadores de violência psicológica .....	Pág. 75
<b>Tabela 3.</b> Indicadores de violência sexual.....	Pág. 76
<b>Tabela 4.</b> Indicadores de negligência.....	Pág. 77
<b>Tabela 5.</b> Indicadores de exploração infantil .....	Pág. 79



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Indicadores de violência física das crianças.....	Pág. 74
<b>Gráfico 2.</b> Indicadores de violência psicológica .....	Pág. 75
<b>Gráfico 3.</b> Indicadores de violência sexual.....	Pág. 76
<b>Gráfico 4.</b> Indicadores de negligência.....	Pág. 78
<b>Gráfico 5.</b> Indicadores de exploração infantil .....	Pág. 79



## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Distribuição das crianças estudadas por grupo etário e sexo .....	Pág. 73
<b>Quadro 2.</b> Distribuição segundo a realização de actividades domésticas em substituição do adulto de acordo com o sexo.....	Pág. 80
<b>Quadro 3.</b> Distribuição dos inqueridos segundo experiencias de brincadeiras sexualizadas de acordo com a idade .....	Pág. 80





**ÍNDICE DE FIGURAS**

<b>Figura 1.</b> Modelo ecológico para compreender a violência .....	Pág. 44
--	---------





## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE .....	v
DEDICATÓRIA .....	ix
AGRADECIMENTOS .....	xi
RESUMO .....	xiii
ABSTRACT .....	xv
ABREVIATURAS e SIGLAS .....	xvii
ÍNDICE DE TABELAS .....	xix
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	xxi
ÍNDICE DE QUADROS.....	xxiii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	xxv
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>PARTE I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>31</b>
<b>1. A CRIANÇA EM IDADE ESCOLAR E DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL .....</b>	<b>33</b>
1.1 Criança: Perspetivas Históricas.....	34
1.2 Dinâmica Familiar e Saúde .....	35
<b>2. VIOLÊNCIA FAMILIAR DIRETA, INDIRETA E TIPOLOGIAS .....</b>	<b>37</b>
2.1 Tipologias de Violência Parental .....	40
<b>3. FAMÍLIA E RELAÇÕES FAMILIARES.....</b>	<b>41</b>
3.1 Família – Definição .....	41
3.2 Contexto Sociocultural.....	43
3.3 Modelo Ecológico para Compreender a Violência .....	44
3.4 Contexto Socio Legal.....	45
3.5 Estrutura Familiar e Funcionalidade .....	47
<b>4. ESTILOS PARENTAIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS.....</b>	<b>50</b>
4.1 Alienação Parental .....	54

<b>5. DESENVOLVIMENTO DOS SUBSISTEMAS FAMILIARES À LUZ DA CIBERNÉTICA.....</b>	<b>54</b>
<b>6. CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS DA VIOLÊNCIA PARENTAL.....</b>	<b>56</b>
<b>7. UMA VISÃO PSICANALÍTICA: DA RELAÇÃO ALIENANTE À RELAÇÃO PARTILHADA .....</b>	<b>58</b>
<b>PARTE II – INVESTIGAÇÃO EMPIRICA .....</b>	<b>61</b>
<b>1. OBJECTIVOS.....</b>	<b>63</b>
1.1 Objectivos Gerais .....	63
1.2 Objectivos Específicos .....	63
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>63</b>
2.1 Tipo de Pesquisa .....	64
2.2 Caracterização da População Alvo.....	65
2.3 Instrumentos.....	66
2.4 Procedimentos.....	67
<b>PARTE III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>71</b>
<b>1. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>73</b>
<b>2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>83</b>
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>I</b>
<b>ANEXO A .....</b>	<b>III</b>
INQUÉRITO SOBRE A CRIANÇA EM IDADE ESCOLAR E VIOLÊNCIA PARENTAL .....	III
<b>ANEXO B.....</b>	<b>IX</b>
INQUÉRITO SOBRE CRIANÇA EM IDADE ESCOLAR E VIOLÊNCIA PARENTAL .....	IX
<b>ANEXO C .....</b>	<b>XI</b>
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	XI

## INTRODUÇÃO

A exposição de crianças à violência doméstica, designadamente quando é perpetrada no âmbito de relacionamentos de intimidade entre adultos e cuidadores na sua maioria pelos pais, é actualmente em Angola um problema reconhecido e tem estado a mobilizar toda a sociedade civil.

Vários estudos foram realizados em torno da temática e os resultados surpreendem pelo facto de existirem divergências quanto à estruturação familiar.

Para muitas crianças a família não é um pilar que contribui para a transmissão de valores, e favorecimento de uma relação afetiva e um crescimento saudável, pois muitas não recebem dos seus progenitores ou cuidadores, a dimensão dos cuidados necessários para promover um bem-estar físico mental e social.

Foi a partir do ano de 2007, durante o III Fórum Nacional sobre a criança, que o Governo Central de Angola assumiu os 11 compromissos de proteção à criança. A Lei nº 25/12 que entrou em vigor no dia 11 de Setembro de 2012 que resulta da consagração constitucional dos direitos da criança, obriga a família e a sociedade a criar condições para a educação harmoniosa e integral da criança, à proteção da sua saúde física e mental, bem como à promoção do seu pleno desenvolvimento, é aplicada a todas as pessoas com menos de 18 anos.

Num estudo realizado pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social em Angola, no ano de 2016, divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), concluiu-se haver 4.921 crianças vítimas de violência, sendo que 2.306 (46,9%) casos se situam na província de Luanda. A fuga à responsabilidade paternal (45% dos casos) e a negação da paternidade (18%), lideram as queixas de violência sobre as crianças, seguidas do trabalho infantil (10%), negligência (8%), disputa de guarda (5%) e abuso sexual (3%) (diário de notícias [www.dn.pt](http://www.dn.pt)).

Toda criança que foi submetida a um abuso intrafamiliar crónico sofre um dano psíquico e por conseguinte, estruturará seu psíquico de uma maneira particular que pode levar a um



comportamento e distorções perceptivas que dificultam um adaptado e evolutivo desenvolvimento pessoal (Colombo, 2013, p. 16).

A pesquisa realizada por Kristensen, Oliveira e Flores (1999) sobre a incidência deste tipo de violência em relação à criança revela a existência do abuso físico no contexto familiar em mais de metade dos casos registrados, mais precisamente, em cerca de 55,3% deles.

De acordo com Other e Randolph (1999), a violência familiar, na forma de conflitos interparietais e de maus tratos por parte dos pais aos filhos, poderá estar na origem de processos de insatisfação escolar e inadaptação, bem como de insucesso, que abrirão caminhos para o abandono da escola.

O presente trabalho tem como finalidade propor um plano de intervenção, para diminuir o impacto da violência parental, garantir o direito da criança em crescer em harmonia e diferenciar cuidados com base nos resultados da amostra.

O presente estudo será aplicado na Província de Luanda, Município de Talatona, abrangerá crianças do sexo masculino e feminino, em idade escolar e os seus respetivos pais. Pretendemos identificar os fatores associados a violência parental em crianças em idade escolar, para que se crie estratégias de intervenção que favoreçam o bem-estar mental e social da criança.

Segundo (Krug et al., 2002, citado por Redondo, 2017, p. 44), uma resposta abrangente à violência é aquela que não só protege e apoia as vítimas, mas também promove a não-violência, reduz a perpetração da mesma e muda as circunstâncias e condições que primordialmente lhe dão origem.

Nesta perspectiva, acreditamos que, com o presente trabalho, mudanças significativas no domínio da prevenção e promoção do bem-estar biopsicossocial poderão ser alcançadas, com a materialização de programas, projectos assim como disseminar estratégias de suporte social para diminuir a incidência de casos no âmbito da violência parental ao nível do Município de Talatona.



## **PARTE I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**



## 1. A CRIANÇA EM IDADE ESCOLAR E DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL

A criança em idade escolar enfrenta situações de autonomia que exigem maior capacidade de compreensão dos estados afetivos dos outros que a cercam, bem como uma melhor definição das necessidades internas versus necessidades e imposições coletivas. A criança vítima de abuso tem grande dificuldade em lidar com a regulação das emoções. Além disso, esses estados afetivos internos ocasionam dificuldades de concentração, hipervigilância e ansiedade, prejudicando o processo de aprendizagem (Lopes & Loureiro, 2007).

O desenvolvimento emocional começa no nascimento e mesmo antes dele. Embora, haja divergências entre autores, no que concerne às respostas específicas que estejam presentes. Já na ocasião do nascimento, todos aceitam que o recém-nascido apresenta reações que denotam sentimentos de prazer e desprazer (Braghirolli, Bisi, Rizzon, Nicoletto, 2015, p. 119).

As emoções representam dados internos que influenciam a motivação e o comportamento. Na verdade, a emoção pode ser mais primitiva do que a cognição e os dados empíricos sugerem que ela é controlada por estruturas cerebrais subcorticais (Wells, 2003, p. 30).

Para Shaffer (2004), as crianças aprendem sobre as emoções sobretudo no contexto das relações. Relações interpessoais próximas são invariavelmente situações emocionais – cheias de amor e ódio, orgulho e vergonha, tristeza e alegria. As emoções são assim, uma companhia constante em nossa vivência quotidiana.

Sroufe, (1996), citado por Shaffer (2004), define a emoção como uma reacção subjectiva a uma ocorrência relevante, caracterizada pela mudança fisiológica, experimental e comportamental.

De acordo com a teoria de vinculação de Bowlby, logo que exista oportunidade, para tal, a criança está pré disposta para se vincular àquele que lhe dispensa cuidados, estando envolvidas neste fenómeno muitas formas de comportamento específico (Strongman, 2004, p. 164)

Fischer, Shaver e Carnochan (1988, 1990) citados por Strongman, consideram que é importante explicar três componentes para compreender a emoção: 1) desencadeamento

através de avaliações de tendências para a acção funcionalmente organizadas; 2) categorias de famílias de emoções organizadas em volta das emoções básicas; 3) a definição de cada categoria através de um argumento protótipo de acção (Strongman, 2004, p. 166).

Nas experiências de Harlow sobre a “natureza do amor”, ele pôde demonstrar que o desenvolvimento da ligação afectiva entre a mãe e o filho depende menos da satisfação da necessidade primária de alimento do que da satisfação da necessidade também primária de contacto corporal (Abreu, 2002, p. 39).

Segundo (Lebovici; Lebovici & Soule, 1970) citado por Bergeret (2004), não se pode falar somente na mãe sem ver o lugar que ocupa a criança anunciada e seguidamente aparecida no casal parental:

- O desejo de ter um filho, o anúncio de uma gravidez;
- O traumatismo do nascimento;

Quando nasce, o filho do homem é um prematuro (Freud), o que significa que os fantasmas de onnipotência da mãe têm algum fundamento. Winnicott fala de uma necessidade de amparo (*holding*) da criança para que possa viver e desenvolver-se normalmente (Bergeret, 2004, p. 249).

Para Winnicott, quando a mãe é suficientemente boa, a criança desenvolve um sentimento de autoridade inabalável de onnipotência: tem ilusão activa de criar o mundo à sua volta (Marcelli, 2005, p. 55).

Num recente resumo de sua posição teórica, Izard (1993), afirma que, o desenvolvimento emocional contribui para o desenvolvimento da personalidade (citado por Strongman, 2004, p. 145).

### **1.1 Criança: Perspetivas Históricas**

Segundo Philippe Airès (1962), citado por Shaffer (2004), “Na sociedade medieval, a ideia de infância não existia. Mas isto não implicava dizer que as crianças eram negligenciadas,

abandonadas ou desprezadas não devendo confundir-se a noção de infância com ligação afectiva às crianças; corresponde, assim, a uma consciência da natureza particular da infância, que distingue a criança do adulto, mesmo do adulto jovem. Na sociedade medieval, essa consciência estava ausente (Shaffer, 2004, p. 30).

As crianças eram consideradas como adultos, se bem que em versão mais pequena e, tanto quanto possível eram tratadas como tal. Isto é, as crianças não só eram vistas como adultos, como também se esperava delas que partilhassem as mesmas actividades, quer em termos laborais quer lúdicos (Ibid).

A situação pouco se alterou até ao século XVIII e, mesmo assim só se verificaram melhoramentos substanciais no século XX. Segundo alguns historiadores a forma de autoproteção utilizada pela mãe quando perdia um filho, para não alterar a sua atitude para com os outros filhos, era a indiferença materna: as mães simplesmente não se permitiam gostar demasiadamente dos filhos até que a sua sobrevivência nos primeiros anos ficasse garantida (Ibid).

## 1.2 Dinâmica Familiar e Saúde

Na era medieval até ao século XIX as famílias não cuidavam directamente dos seus filhos, existiam hábitos que contribuíam para a alta taxa de mortalidade infantil. Meira e Centa (2003) referem-se à prática exercida pelas mães, sobretudo nas mulheres de classes sociais elevadas, de enviarem os seus bebés para as *amas-de-leite*, para serem amamentadas até cerca dos dois anos de vida (Meira, Centa, 2003, p. 216).

Ao longo dos anos, o conceito de família sofreu inúmeras reformulações. Sustentado pelo paradigma do biologismo, onde a filiação era exclusivamente determinada pela origem biológica, o tradicional e conservador modelo familiar patriarcalista, matrimonializado, heterossexual, monogâmico e hierarquizado não é suficiente para incluir os novos valores da sociedade contemporânea (Rosas, p. 52 in Psicologia na Prática jurídica, 2019).

Em Roma, a formação de família era regida pelo vínculo religioso existente entre os seus membros, que cultuavam os mesmos antepassados; a autoridade suprema era exercida pelo

chefe de família, denominada *Pater Família*, que além de deter poder absoluto sobre todos os integrantes, exercia autonomia frente ao Estado, que dificilmente interferiria em assuntos familiares (Rosas, 2019, p. 53, *in* Psicologia na Prática Jurídica, 2019).

O modelo canónico denominava o parentesco moderno de consanguinidade. Diferentemente do modelo romano, enfatizava seu carácter patrimonialista, por ser contra o divórcio, já que o considerava um intuito contrário à própria índole de família e aos interesses dos filhos (Rosas, 2019, p. 55 *in* Psicologia na Prática Jurídica, 2019). A família clássica correspondia ao agregado doméstico (*ménage/household*), enquanto grupo elementar de solidariedade quotidiana, tendo como base um critério de correspondência entre indivíduos, que implica quer a partilha do mesmo teto (critério locacional), quer a partilha de recursos (Wall, 2005).

No contexto pré-moderno e pós-moderno, a família se situa como representações de modelos específicos pertencentes a determinados estágios da história, resultando em conquistas, avanços e reflexões sobre o impacto de tais transformações, sobre o cotidiano da vida das crianças (Meira, Centa, 2003, p. 221).

A partir do século XVIII, quando a sociedade passa a se interessar pela criança, por sua sobrevivência e educação, as atenções se voltaram para a mãe, que se torna a figura fundamental em detrimento do pai. Em ambos os casos a mãe modifica o seu *status* relativo em função do filho e do marido. Segundo os padrões estabelecidos pela sociedade, a maternidade será valorizada ou desprezada, e a mulher classificada como boa ou má mãe (Badinter, 1983, citado por Cruz, 2019, p. 67, *in* Psicologia na Prática Jurídica, 2019).

Na sequência das recomendações da 49<sup>a</sup> Assembleia Mundial de Saúde (1996), que assinalava a violência como um problema de saúde pública prioritário que urgia ser prevenido, a OMS elaborou o “Relatório Mundial sobre Violência e Saúde”, documento que tem como principais objectivos: chamar a atenção sobre a violência e seu impacto a nível global; defender que podemos prevenir a violência; afirmar que a saúde pública tem um papel crucial a desempenhar no (re) conhecimento das suas causas e consequências (Redondo, 2017, p. 44).

Redondo (2017) ainda reforça que, quando falamos em saúde pública colocamos inevitavelmente a ênfase na prevenção com forte convicção de que é possível prevenir tanto o comportamento violento quanto as suas consequências (Redondo, 2017, pp. 43-57).

A Medicina, por meio das famílias, instituiu novas configurações que influenciaram e modelaram o comportamento e o modo de os indivíduos perceberem o mundo. Os sistemas de valores introduzidos nas famílias modificaram o comportamento, a percepção, a memória a sensibilidade e a forma de se relacionarem (Cruz, 2019, pp. 66-67 in *Psicologia na Prática Jurídica*, 2019).

Por conseguinte, as relações interpessoais da primeira infância desempenham um papel construtivo radical, assumindo o carácter de relações constitutivas da personalidade; ausência ou privação delas, suas deformações, obstáculos ou deficiências, provocam perturbações diversas: regressões, fixações, bloqueios, ou paragem no desenvolvimento global da personalidade (Abreu, 2002, p. 43).

Desta feita, a infância e adolescência representam períodos críticos do desenvolvimento, em que os efeitos da exposição à violência podem ser particularmente prejudiciais e penetrantes. Cada vez mais, é dada atenção às relações existentes entre situações de violência no casal, os maus-tratos na criança e o impacto dos mesmos a curto e longo prazo (Redondo, 2017, p. 50).

Redondo (2017) ainda afirma que a evidência resultante de investigação nas áreas da epidemiologia e da neurobiologia sublinha que o abuso repetido e /ou grave durante períodos críticos de desenvolvimento cerebral na infância pode levar a alterações estruturais e funcionais do cérebro (*Ibidem*).

A violência tem sido considerada como um problema de saúde pública que pode gerar consequências inestimáveis à saúde como um todo, podendo, inclusive levar à morte (Minayo, 2006 citado por Patias, N. D., Bossi, T. J., Dell’Aglia, D.D, 2014, p. 902).

Dessa forma, tornou-se uma das principais preocupações dos profissionais da área da saúde, pelo fato de não ser esperado que a família – contexto de proteção e primeiro ambiente de desenvolvimento humano – seja um ambiente violento (Abranches & Assis, 2011; Araújo, 2002; Ministério da Saúde, 2001, *Ibidem*).

## **2. VIOLÊNCIA FAMILIAR DIRETA, INDIRETA E TIPOLOGIAS**

Os adultos em regra encontram-se socialmente e juridicamente autorizados a exercer poder sobre as crianças e adolescentes, visando a formação, educação e a construção de valores

desses seres em processo de desenvolvimento. Nesses casos o poder é legítimo e indispensável ao convívio familiar (pátrio poder) e social (relação entre professor e aluno, por exemplo), (Faleiros, 2000, p. 9).

Entretanto, essa relação de poder, marcada pela confiança e respeito, pelo afecto, pode se transfigurar em uma relação violenta que ocorre quando o agressor, se faz valer pelo confronto entre forças desiguais de experiência, conhecimento, autoridade e recursos, ultrapassa limites de respeitabilidade e viola direitos alheios, que fere sua identidade e integridade (Faleiros, 2000, pp. 8-9).

Segundo o Relatório da Situação Mundial da Infância da UNICEF (2007), todos os anos, cerca de 275 milhões de crianças em todos os lugares do mundo são vítimas de violência intrafamiliar, consequência de uma vida familiar turbulenta (De Antoni & Batista, p. 26).

Existem várias definições de violência, mas, como comentam os autores, De Antoni, Medeiros, Hoppe & Koller (1999), todo ato de violência tem em comum o fato de ser caracterizado por “ações e, ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos” (p. 33). Tal autora assinala que existem três papéis no ato da violência, que podem ser confundidos, mesclados ou não: o papel de vítima, o de autor e o de testemunha (Maldonado & Williams 2005, p. 353).

Guerra (2001) usa a expressão Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e entende que representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima (De Antoni & Batista, p. 26).

A negligência é uma destas formas de violência, sendo entendida como o ato de omissão do responsável pela criança e pelo adolescente em prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento. Nesse sentido, significa omissão em termos de cuidados básicos necessários à saúde, higiene, educação, desenvolvimento emocional, nutrição e abrigo (SBP, 2001; WHO & ISPCAN, 2006).

Esse tipo de negligência pode comprometer o desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes, prejudicando sua competência social e acadêmica e aumentando a depressão, a ansiedade, as somatizações e os problemas de externalização (Weber et al., 2006; Szelbrackowski & Dessen, 2007).



Azevedo e Guerra (1995) definem a violência doméstica contra a criança como: todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção de adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos de direitos e pessoas em condição de desenvolvimento (Maldonado & Williams 2005, pp. 353-354; Azeredo e Guerra; 1995, p. 36).

A Organização Mundial da Saúde – OMS – (Krug et al., citado por Redondo, 2017, p. 43), define a violência como o “uso intencional da força física ou do poder, sob a forma de acto ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, dano psicológico, perturbação do desenvolvimento ou privação”.

A violência física caracteriza-se pelo uso de força intencional, não-acidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas da criança ou do adolescente. O objetivo é ferir, danificar ou destruir esta criança ou adolescente, deixando ou não marcas evidentes (De Antoni & Batista, p. 27).

Geralmente, o abuso físico a bebês e crianças ocorre no lar. As vítimas, muitas vezes, não relatam o fato por não saberem se expressar verbalmente ou por temerem a reincidência do abuso. Quando são adolescentes, no entanto, tendem a não suportar a agressão, e por apresentarem más condições físicas e emocionais, não confrontam a situação fugindo dela (De Antoni, Mesquita & Koller, 1998).

A falta de informações fidedignas dificulta um diagnóstico preciso. Todavia, a definição clara do quadro, muitas vezes, se expressa pelos repetidos internamentos hospitalares de crianças e adolescentes com os mesmos sintomas (Oates, Ryan & Booth, 2000; Pires, 1999).

A violência no contexto familiar abarca uma diversidade de alvos, múltiplas ofensas e formas de vitimação direta e indireta (Sani, 2018, p. 36).

Apesar de tudo, a violência inter-parental é designadamente perpetrada no âmbito de relacionamentos de intimidade de adultos cuidadores, frequentemente pais (Sani, 2016, p. 165 *in* Amaro & Costa, 2019).

Relativamente à sua tipologia, a violência classifica-se em auto infligida, interpessoal, e colectiva, e quanto à sua natureza em física, psicológica, sexual e privação/negligência (Redondo, 2017, p. 43).

A criança, como parte integrante da família, pode estar exposta à agressão direta – quando ela é o alvo da agressão - ou indireta - quando presencia cenas de violência entre os pais (Brancahorne, 2003; McCloskey, Figueredo & Koss, 1995).

Considerada como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, integridade física e psicológica, bem como o desenvolvimento de membros da família, a violência intrafamiliar é cometida por um membro ou pessoa que assume funções parentais, dirigida a outro membro, mesmo sem laços de consanguinidade (World Health Organization, 2002, Ibidem).

A violência directa abarca situações concretas observáveis e visíveis que comportam uma relação sujeito-Ação-objeto e podem ser facilmente expressas pela linguagem, ao passo que na forma indirecta o sujeito torna-se passivo.

## 2.1 Tipologias de Violência Parental

Dentro do contexto da violência intrafamiliar, pode ocorrer a violência de pais contra seus filhos, de forma directa, através da violência física, psicológica, sexual e negligência. Neste mesmo contexto, a violência conjugal, pode ser considerada uma forma de violência indirecta aos filhos (Benetti, 2006; Ministério da Saúde, 2001 citado por Patias, N. D., Bossi, T. J., Dell’Aglío, D.D, 2014, p. 902)

A **violência física** consiste no uso da força física de maneira intencional contra uma criança ou um adolescente que venha ocasionar qualquer tipo de dano físico, que vai de um simples arranhão à morte (Rodrigues, 2005, p. 169).

Por sua vez a violência psicológica ocorre quando alguém é submetido a ameaças, humilhações e privação emocional. Esta violência pode consistir em ameaças de vários tipos (suicídio, morte, danificação de propriedade, agressão à vítima ou a seus entes queridos, entre outras) (França, 2003, citado por Maia & Williams, 2005, p. 94).

A **violência sexual** compreende toda situação na qual um ou mais adultos, do mesmo sexo ou não, utilizam a criança ou adolescente com a finalidade de obter prazer sexual. Tal ato pode incluir desde conversas ou telefonemas obscenos, passando por exibição dos órgãos genitais, até relações sexuais impostas (vaginais, anais ou orais), (CRAMI, 2000, citado por Maia & Williams, 2005, p. 95).

A **negligência** é um tipo de violência que se materializa nas atitudes omissas descomprometidas. No caso da falta de cuidados e de atenção, assim como a ausência de alimentação, atendimento médico, vacinas, higiene, educação, vestuário, configura negligência. Em casos extremos há o abandono (Silva, 2009, p. 157).

Para a Organização Internacional Infantil (OIT), trabalho infantil é toda actividade de trabalho executada por criança menor de 15 anos, com o objectivo de prover seu sustento e/ou sustento da família (DCI – Brasil/CUT, p. 51).

O **trabalho infantil** é exploração quando é realizado em condições inadequadas, prejudiciais e/ou perversas; exige da criança ou do jovem uma actividade constante e desproporcional às suas forças, ao seu estágio de desenvolvimento psicossocial; ou a actividade impede as brincadeiras, os jogos, o descanso e em especial, a escolarização regular (Gomes, 1998, p. 54).

### 3. FAMÍLIA E RELAÇÕES FAMILIARES

#### 3.1 Família – Definição

Segundo Kalostian e Ferrari (1994), a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros (citado por Leoncio et al., 2017, p. 186).

O conceito de família, apresentado pela Organização das Nações Unidas por ocasião do Ano Internacional da família em 1994, espelha bem essa abrangência, defendendo que não pode ser equacionado como limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção, devendo ser considerado como quaisquer grupo cujas ligações se alicercem na confiança, suporte mútuo, compromisso e partilha de um destino comum (Guadalupe *in* Carvalho, 2012, p. 184).

A família tem a sua origem no fenómeno natural de procriação e da propagação da espécie humana (Nhanga, 2018, p. 21).

Os crescentes movimentos sociais também trouxeram forte reformulação no conceito de família. Uma das principais transformações ocorridas ao longo da história foi a incorporação da mulher no mercado de trabalho, entendida como parte integrante das estratégias familiares (Meira; Centa, 2003, p. 221).

Em 1949, Murdock, definiu família como um grupo social caracterizado pela residência em comum, pela cooperação económica e pela reprodução (citado por Wall, 2005, p. 43).

De acordo com Bronfenbrenner (1979; 1996), a família é caracterizada como o primeiro ambiente do qual a criança participa ativamente, interagindo através de relações face-a-face. Inicialmente, estas interações ocorrem de forma diádica, como, por exemplo, pela relação da mãe com a criança. Aos poucos, as relações vão se expandindo dentro do grupo familiar, formando, dentro deste sistema, vários subsistemas, como a relação pai-criança e a relação entre irmãos.

A família com a qual a criança interage diretamente é denominada de microssistema. Idealmente, o microssistema familiar é a maior fonte de segurança, proteção, afeto, bem-estar e apoio para a criança. Nele a criança exercita papéis e experimenta situações, sentimentos e atividades. Dentro dele, a criança desenvolve o senso de permanência e o de estabilidade. O senso de permanência está relacionado com a percepção de que elementos centrais da experiência de vida são estáveis e se mantêm organizados, através de rotinas e rituais familiares. O senso de estabilidade é fornecido através do sentimento de segurança dos pais aos filhos, de que não haverá rupturas ou rompimentos, mesmo diante de situações de estresse (De Antoni, Medeiros, Hoppe & Koeller, 1999).

A família constitui-se como um campo dinâmico no qual agem tanto os factores conscientes quanto inconscientes, sendo que a criança desde o nascimento, não apenas sofre passivamente influência dos outros, mas, reciprocamente, é também um poderoso agente activo de modificações nos demais e na estrutura da totalidade da família (Zimmerman, 2010, p. 103).

Um primeiro factor a levar-se em consideração é a *transgeracionalidade*, isto é, cada um dos genitores da criança mantém a internalização de suas famílias originais com os correspondentes valores, estereótipos e conflitos (Ibidem).

Segundo Gueniche (2005), Margaret Malher ao estudar a cria do homem durante o seu desenvolvimento e na sua interação com a mãe, ela propõe a teoria da existência de um processo de *separação/individualização* que conduz, a criança a uma representação de si própria clara e distinta e, posto isto, a uma autonomização da vida psíquica (p. 35).

Melanie Klein descobre os fantasmas centrados na relação imaginária da criança com o corpo da mãe e distingue duas variedades de angústia arcaica predominante na criança: a *angústia perseguidora* ou *paranoide* e a *angústia depressiva* (...) concluindo que a introjeção mais primitiva é a paranoide, ela própria ligada à relação com os objectos parciais, em primeiro lugar o seio clivado em dois aspectos: um seio ideal (bom seio), objecto do desejo da criança, e um seio perseguidor (o mau seio), fonte de medo e ódio (Gueniche, 2005, p. 36).

### 3.2 Contexto Sociocultural

Em relação aos factores socioculturais, um primeiro factor a levar em conta é o da transgeracionalidade, isto é, cada um dos progenitores da criança mantém a internalização de suas respectivas famílias originais e os correspondentes resolvidos valores, estereótipos e conflitos, há uma forte tendência de que os conflitos não resolvidos pelos pais da criança com os seus respectivos pais originais, interiorizados, (como por exemplo conflito edipiano de cada um deles) sejam reeditados nas pessoas dos filhos (Zimerman, 1999, p. 103).

De acordo com (Matos, 2006, p. 215), o meio sobretudo o ambiente afectivo-humano, e sociocultural, modela-nos, e até certo ponto, pode transformar-nos. As relações pessoais (interpessoais) significativas, ditas «relações de objecto» - na sua essência relações intersubjectivas – são a base e o veículo da construção identificativa que nos forma e a todo tempo nos transforma.

Com base nesta perspectiva, a violência que ocorre no contexto da família é entendida como um problema social que afeta a todas as camadas socioeconômicas, interferindo no sistema

familiar como um todo e atingindo, principalmente, mulheres, crianças e adolescentes (Araújo, 2002 citado por Patias, N. D., Bossi, T. J., Dell’Aglío, D.D, 2014, p. 902).

### 3.3 Modelo Ecológico para Compreender a Violência

O **modelo ecológico** enfatiza as diversas causas da violência e a interação dos fatores de risco dentro da família e de contextos mais abrangentes, como o individual, relacional, comunitário e social.

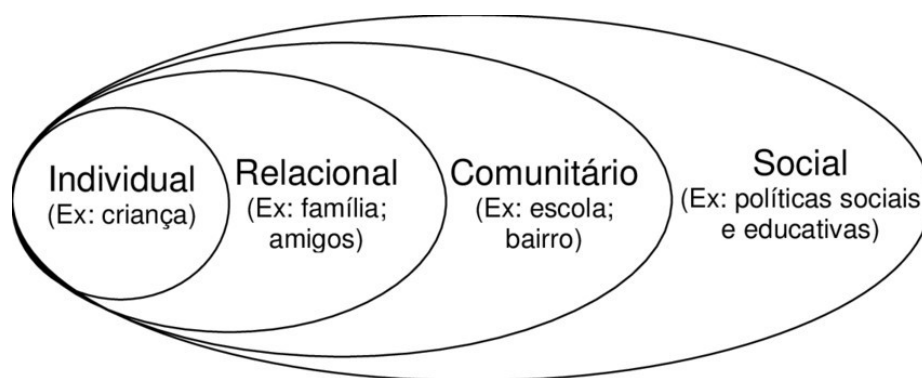


Figura 1 - Modelo ecológico para compreender a violência (Adaptado pela OMS, 2002, p. 9)

Na visão de Belsky (1980), o microssistema analisa especificamente as relações intrafamiliares e os seus subsistemas (subsistema conjugal, subsistema pais e filhos, etc). O exossistema analisa a influência do trabalho dos pais e do grupo social de que a família faz parte. O macrossistema considera as crenças culturais e os valores que influenciam o micro e o exossistema, por fim o desenvolvimento ontogenético diz respeito às diferenças individuais que os pais trazem de suas histórias de vida para o microssistema familiar (Belsky, 1980, pp. 320-335).

Contudo, as abordagens sistêmica e ecológicas consideram além dos aspectos individuais e relacionais, os contextos sociais e comunitários, que podem influenciar na ocorrência do fenômeno. Partindo da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, Carvalho-Barreto, Bucher-Maluschke, Almeida e DeSouza (2009), citado por Marasca et al., (2013, p. 224) trazem dados da literatura transcultural, em nível contextual, referindo que a violência

conjugal deve ser analisada a partir de quatro fatores: pessoal (características biológicas e psicológicas individuais); processual (interações interpessoais); contextual (rede de apoio social e cultura) e temporal (aspectos inter, intra e transgeracionais).

### 3.4 Contexto Socio Legal

O século XX é marcado pela emergência da noção da “criança sujeito” de direitos. A este nível, um dos principais contributos foi, sem dúvida, o da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), em 1946, e mais tarde, a criação aprovação por unanimidade, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Angola em 5 de Dezembro de 1990.

Nos termos da presente convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se nos termos da lei que lhe é aplicável atingir a maioridade mais cedo.

Segundo Itembi (2011) proteger as vítimas é impedir que por um lado continuem a ocorrer os episódios de violência, uma vez que se assegura e por outro lado, é colocado em marcha os recursos de recuperação da criança em contexto familiar, escolar e social (Itembi, 2011, p. 20).

“A constituição da República Portuguesa Lei nº 142/2015 de 8 de setembro no seu artigo 69, garante que “As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições”, “O estado assegura especial protecção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal”, “É proibido nos termos da Lei, o trabalho de menores em idade escolar” (Chincalece & Silva, 2017, p. 203) ”.

Em Portugal, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens em Risco (CNPDPJC), criada pelo Decreto-Lei nº 159/2015 de 10 de Agosto, estão

cometidas atribuições no sentido (...) entre outras, de acompanhar e apoiar as Comissões de Proteção, na perspectiva da qualificação da sua intervenção, favorecendo a melhoria contínua do seu desempenho, em apoiar os jovens que se encontram em risco (Op cit, p. 204).

As comissões de Proteção em Portugal representam parte importante da rede de proteção das crianças e jovens em perigo de base comunitária, materializam a cooperação e corresponsabilização entre o Estado e a Sociedade (Ibidem).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no seu artigo nº 5 prescreve que “nenhuma criança ou adolescente será sujeito de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e pressão, punido na forma da lei qualquer atentado por acção ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Em Angola, as Leis também são abrangentes para a proteção da criança.

“A Constituição da República de Angola consagra os direitos fundamentais da criança para a sua garantia, o Estado, a Família e a Sociedade, estão constitucionalmente obrigados a criar condições, com vista a educação integral e harmoniosa da criança, a proteção da sua saúde física e mental bem como o pleno desenvolvimento. A Assembleia Nacional aprovou por mandato do povo a Lei nº 25/12 de 22 de agosto, sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança. Tem por objecto a definição de regras e princípios jurídicos sobre a protecção e o desenvolvimento integral da criança, reforçar os instrumentos legais e institucionais destinados a assegurar e promover os direitos da criança (Filomena *in* APDCH, 2017, p. 65) ”.

A referida lei no nº 1 do seu artigo nº 5, sobre os direitos destaca que “Sem prejuízo do disposto no Código da Família e outros diplomas que protejam os direitos da criança, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Estado, assegurar à criança com absoluta prioridade, a efetivação dos seus direitos”, “No seu artigo nº7 a criança não deve ser tratada de forma negligente, discriminatória, violenta ou cruel, nem ser objecto de qualquer forma de exploração ou opressão, sendo punidos por lei todos os comportamentos que se traduzam em violação a estas proibições” (Diário da República I Serie - Nº 162 de 22 de Agosto de 2012, pp. 3692-3693).

Os princípios orientadores delineados pela SADC para o apoio psicossocial prevê a protecção da criança e jovens contra todas as formas de violência e abuso “As crianças e jovens devem ser protegidos de todas as formas de violência pelas suas famílias e comunidade, incluindo a



violência política, violência na escola, violência na família, violência entre os pares, no género, e representações de violência, incluindo nos meios de comunicação social. Todos os prestadores de serviço devem agir no melhor interesse das crianças e jovens (SADC, pp. 25-26).

Muito trabalho tem sido feito para melhorar a situação dos órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis (OVCY) na região da África Austral. Todos os Estados Membros da SADC ratificaram a convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança e todos, com a excepção de um, também, ratificaram a carta Africana sobre os Direitos e bem-estar da criança.

### **3.5 Estrutura Familiar e Funcionalidade**

Tal como afirmam Sousa e Sarmiento (2009, 2010, p. 145), embora a estrutura familiar tenha vindo a sofrer grandes alterações em termos de conceptualização, devido às dinâmicas, mutações e rearranjos que em si se têm verificado, é do senso comum percecioná-la como um grupo, mais ou menos nuclear, de indivíduos unidos por laços habitualmente de sangue, constituindo-se como o primeiro contexto onde a criança constrói as suas experiências de interação, isto é, onde a criança desenvolve a sua socialização primária.

Quanto as relações conjugais a família tradicional é aquela que está estruturada em função do género feminino/masculino, diferenciados, em que cada membro tem um papel pré estabelecido na família e na comunidade (Caniço et al., 2010).

Ao passo que a família moderna é aquela em que a igualdade de género é a base da união, qualquer que seja o seu tipo. Há inter-ajuda e solidariedade com equilíbrio estrutural e de poder entre homem e mulher (Caniço et al., 2010).

Acrescenta outro autor, de que é necessário ter em conta a diversidade das estruturas familiares. Assim, a família composta pelo casal e seus filhos (família nuclear) é um dos muitos tipos de famílias existentes, Por isso o conceito de família tem vindo a ser alterado, fruto de mudanças na sociedade, procurando aquela adaptar-se e estruturar-se em função das

novas realidades e de novos modos de vida, assim como à emergência de novos problemas sociais (Perrenoud, 2001, p. 59).

Nesse sentido, Viegas & Costa (1998), descrevem que a estrutura familiar que pode ser classificada em: **tradicional ou alargada e nuclear; unitária, monoparental e recomposta ou reconstruída; complexa, emaranhada; havendo hoje também famílias homossexuais** (Viegas & Costa, 1998, p. 51).

A **estrutura tradicional** consiste na convivência em co-habitação, de várias gerações, podendo também incluir colaterais.

A **estrutura nuclear** quando constituída pelo homem, pela mulher e pelos seus filhos, assume uma capacidade de adaptação, sendo reformulada sempre que necessário. Esta passa pela união entre dois adultos e possui apenas um nível de descendência, neste caso pais e filhos, quer biológicos e/ou adotivos.

A **família unitária** é constituída por uma pessoa que vive sozinha, independentemente da existência (ou não) de uma relação conjugal sem co-habitação (Caniço et al., 2010).

Na **família monoparental**, só existe um elemento da geração dos pais e os filhos. Este tipo de família surge como consequência ou em resposta a diversos problemas sociais, tais como: divórcio, óbito, abandono, emigração ou adoção. Estes acontecimentos podem afectar a estabilidade emocional da criança que, na maioria dos casos, fica entregue à mãe.

As **famílias recompostas** são uniões que surgem fruto de desentendimentos em relações anteriores. Os indivíduos procuram uma nova relação ao lado de alguém, de modo a “recompor” a sua vida. Neste caso pode haver co-habitação de elementos sem consanguidade ou mesmo sem relações de afectividade.

Em relação às **famílias complexas**, estas permitem que o agregado familiar passe pela extensão das relações entre pais e filhos para avós, pais e netos.

Existem ainda as **famílias homossexuais**. Estas surgem quando existe uma relação entre duas pessoas do mesmo sexo, que, por sua vez, podem ter adoptado uma criança ou, mesmo ter filhos biológicos resultantes de relações heterossexuais ou de inseminação artificial (Viegas & Costa, 1998, p. 51).

Embora existam diferenças na estrutura familiar, todos os tipos acima descritos, podem co-existir na mesma sociedade executando funções essenciais inerentes a uma família. Neste sentido é-lhes atribuída a responsabilidade de assegurar as funções de (1) manutenção e segurança (2) estimulação (3) apoio sócio-emocional (4) estrutura (5) supervisão e (6) interação social (Bradley, 2006, citado por Cruz & Lima, 2012, p. 249).

#### **a. Família funcional**

Segundo Gomes (2017), o conceito de família funcional estrutura-se no compromisso dos pais em assegurar a viabilidade social dos filhos e apresenta duas vertentes:

- **Protetora:** implica proteger os filhos dos perigos e dos elementos agressivos do meio, para que possam aprender a cuidar-se e a proteger-se;
- **Normativa:** ensinar os filhos a interiorizar normas sociais, a respeitar o meio social, para poderem ser respeitados (Gomes, 2017, p. 218).

Quando a conjugalidade e a parentalidade são positivas, isto é, quando existe coesão e comunicação entre os subsistemas que constituem a família, os pais têm uma capacidade de resolver adequadamente os conflitos que vivem enquanto casal, ao mesmo tempo que propiciam aos seus filhos afetividade e uma boa oferta a nível cognitivo, emocional e pragmático (Gomes, 2017, p. 220).

A harmonia conjugal como pano de fundo e o interesse sincero pelo bem-estar e desenvolvimento dos filhos representa o melhor terreno para o desenvolvimento saudável maduro e positivo dos elementos da família (Ibidem).

#### **b. Família disfuncional**

No caso de famílias disfuncionais, existem vários factores associados, desde perturbações psicológicas/psiquiátricas, assim como o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e outras drogas, ou, no caso do subsistema conjugal, nunca foi criada uma plataforma comum entre os dois subsistemas individuais sobretudo devido à falta de comunicação e de flexibilidade.

Como nos afirma Chincalece e Silva (2017), existem algumas perturbações e formas de patologia que, devido às suas características inerentes podem predispor o sujeito a disfuncionalidades ao nível parental, expondo desta forma os filhos a comportamentos que

não vão de encontro ao exercício pleno e saudável da paternidade, podendo mesmo tal exposição apresentar repercussões negativas para os mesmos (p. 183).

Por outro lado, os efeitos do consumo de substâncias tais como o álcool e outras substâncias ilícitas, também poderão encaminhar o sujeito para uma conduta violenta. A violência pode ser dirigida diretamente ao filho, revelando-se deste modo em abuso físico e/ou psicológico quer para com este, ou para com o cônjuge. Neste último caso devido à exposição da criança ao conflito, transforma-se de certo modo em um abuso psicológico com efeitos nefastos sobre esta (Chincalece & Silva, 2017, p. 187).

É ainda de salientar como os autores Chincalece e Silva (2017) afirmam, a exposição precoce e contínua ao consumo de substâncias poderá predispor a criança também ao consumo, ainda mais quando nos referimos ao consumo por parte das figuras parentais, estas que supostamente são, ao longo do nosso desenvolvimento, quem nos incute valores e a noção do certo e do errado (Ibidem).

#### 4. ESTILOS PARENTAIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Uma família é equilibrada ou estável, quando é coesa e os pais são concordantes e conscientes das suas funções e papeis, enquanto que uma família rígida ou instável é aquela que apresenta dificuldades em compreender, assumir e acompanhar o desenvolvimento saudável dos filhos (Caniço et al., 2010).

Alguns dos problemas que surgem com as crianças, podem resultar dos estilos parentais que cada um dos progenitores adota, e do desequilíbrio entre a importância do afecto e da disciplina nas interacções (Santos, 2013, p. 142).

Os estilos parentais foram estudados por Diane Baumrind e posteriormente avaliados nas consequências para o desenvolvimento das crianças. Foram descritos quatro estilos parentais:

- **Estilo autocrático:** os pais são afetuosos e sensíveis, estão disponíveis, e apoiam os filhos a prosseguir nos seus interesses;

- **Estilo autoritário:** neste, a disciplina é prioritária, sendo o afecto mais dificilmente expresso e de forma não-verbal (uma conta bancária em segredo, um presente que surge no ultimo minuto);
- **Estilo permissivo:** neste caso é o afecto que domina, a disciplina é considerada pouco importante ou entendida como repressora; se capitaliza o afecto a seu favor;
- **Estilo desligado/negligente:** esta é a forma mais perniciosa de cuidados parentais, porque neste, as relações dão pouca segurança, há pouco controlo, pouca estrutura e há falta do ingrediente básico para o desenvolvimento saudável do ser humano, que é o sentimento de sentir-se amado (Ibidem).

Segundo indicam alguns estudos, pais que receberam educação severa e/ou foram vítimas de maus tratos na infância apresentam maior risco para repetir esta experiência com seus próprios filhos (Belsky, 1980; Patterson & Capaldi, 1991; Simons, Whitbeck, Conger & Chyi-In, 1991).

Em seu estudo sobre estilos parentais, Gomide (2003), seleccionou variáveis vinculadas ao desenvolvimento do comportamento anti-social, sendo as práticas educativas negativas: **a) negligência** - ausência de atenção e afecto; **b) abuso físico e psicológico** - disciplina por meio de práticas corporais negativas, ameaça ou chantagem de abandono ou humilhação do filho; **c) disciplina relaxada** - relaxamento das regras estabelecidas; **d) punição inconsistente** - pais que se orientam pelo seu humor para punir ou reforçar e não pelo ato praticado; e **e) monitoria negativa** - excesso de instruções independente de seu cumprimento, o que gera um ambiente de convivência hostil (Maia & Williams, 2005, p. 96).

Não obstante, Fackle; Rosa & Steigleder, também referenciam que, no modelo de Gomide (2006), existem sete práticas educativas que caracterizam o estilo parental, sendo que destas, cinco estão relacionadas a comportamentos antissociais (negativas) e duas ao comportamento pró-social (positivas). As práticas educativas relacionadas a comportamentos pró-sociais são a monitoria positiva e comportamento moral, já as práticas educativas relacionadas a

comportamentos antissociais são a negligência, a punição inconsistente, a monitoria negativa, a disciplina relaxada e o abuso físico (2012, p. 285).

Numa tentativa de aproximação a uma definição, Fackle; Rosa & Steigleder (2012, p. 283) afirmam que as práticas educativas parentais podem ser delineadas como estratégias ou técnicas que os pais utilizam para orientação de seus filhos, no que diz respeito aos seus comportamentos frente a diferentes situações (Paiva & Ronzani, 2009; Weber, Brandenburg & Viezzer, 2006).

Em busca de uma identificação dos estilos e práticas sobre o exercício da parentalidade, já em 1966, Baumrind apresentou um primeiro modelo classificatório, consistindo em três estilos, denominados autoritativo, autoritário e permissivo. Baumrind (1966) caracterizou que pais autoritários seriam aqueles que instruíam seus filhos quanto a seu comportamento e atividades de modo coerente (Fackle; Rosa & Steigleder, 2012, p. 284).

Os pais autoritários são rígidos e autocráticos. Eles impõem altos níveis de exigência, estabelecendo regras estritas, independentemente de qualquer participação da criança. Tendem a enfatizar a obediência através do respeito à autoridade e à ordem. Frequentemente utilizam a punição como forma de controlo do comportamento. Não valorizam o diálogo e a autonomia, reagindo com rejeição e baixa resposta a questionamentos e opiniões da criança (Baumrind, 1966; Glasgow, Dornbusch, Troyler, Steinberg & Ritter, 1997, citados por Ceconello & Cols, 2003, p. 48).

Em contraponto a este estilo, Baumrind descreve que pais permissivos se comportam de maneira não punitiva e são acessíveis aos desejos e ações da criança. Não se apresentam como modelo para os filhos e sim um recurso para a realização de seus desejos, não demonstrando a responsabilidade por moldar e direcionar seu comportamento (Ceconello et al., 2003; Weber et al., 2004, citados por Vargas et al 2013, p. 33).

Alguns anos mais tarde, MacCoby e Martin (1983) sugeriram uma revisão acerca dos estilos parentais propostos por Baumrind, propondo uma subdivisão do estilo permissivo em indulgente e negligente. Segundo os autores, pais com estilo indulgente proporcionam um alto grau de envolvimento afetivo, mas, em contraponto, exercem uma baixa monitorização e

pouco controle parental. Podem ser identificados como pais tolerantes, que não fazem questão de que os filhos demonstrem um comportamento maduro, ocorrendo uma autoregulação por parte da criança (Reichert & Wagner, 2007 citado por Fackle; Rosa & Steigleder 2012, *Ibidem*).

Como referem os autores Fackle; Rosa & Steigleder (2012, p. 286) sobre uma pesquisa que investigou a influência dos estilos parentais no desenvolvimento do otimismo nas crianças, constatou que a maioria das mães e dos pais ou são muito exigentes e muito responsivos (autoritativos) ou são pouco exigentes e pouco responsivos (negligentes). Em relação ao estilo parental predominante, o estilo autoritário apresentou maiores médias de otimismo e o estilo negligente menores médias (Weber, Brandenburg & Viezzer, 2003).

Bronfenbrenner (1979, 1996) destaca três características que se estabelecem nas relações dentro da família: a reciprocidade, o equilíbrio de poder e o afeto. Em qualquer relação, o que uma pessoa faz influência a outra, e vice-versa, caracterizando a reciprocidade. Contudo, mesmo que as relações sejam assim caracterizadas, um dos participantes pode ser mais influente do que o outro. A extensão em que, numa relação, A é mais influente que B e esta condição é saudável e confortavelmente aceite, é definida como equilíbrio de poder (Cecconello., Antoni., Koller, 2013, p. 46).

Para uma criança pequena, a participação em uma díade oferece a oportunidade de aprender a lidar com relações de poder. Uma situação ótima para o desenvolvimento é aquela em que o equilíbrio de poder gradualmente se altera em favor da pessoa em desenvolvimento, promovendo o desenvolvimento da autonomia. Além de reciprocidade e equilíbrio de poder, existe outra característica que desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento do afeto (*Ibidem*).

Garbarino e Barry (1997) afirmam que o isolamento social das famílias é o preço pago pela sua privacidade em relação à sociedade. Ressaltam, no entanto, que a parentalidade, embora seja um papel exercido no microsistema familiar, não deixa de ser uma função social, pois os pais ou cuidadores necessitam de informações sobre o desenvolvimento infantil e adolescente e sobre práticas educativas.

#### **4.1 Alienação Parental**

O conceito de alienação parental foi introduzido pela primeira vez no início da década de 80 pelo psiquiatra Richard Gardner (...). Este definiu alienação parental como um «distúrbio no qual as crianças estão obcecadas com a desaprovação e crítica de um pai – difamação que é injustificada ou exagerada» (Gardner 1985, cit. Barros, Silva, Martins, M. 2019 in Martins, J. S, Simões, p. 153).

O agente de alienação é o progenitor que gera efectivamente o abalamento da relação entre o filho e o outro progenitor, apresenta um conjunto de condutas que visam manipular a criança de modo que esta se afaste do outro progenitor (Mazzoni 2011, citado por Martins et al., p. 154).

A alienação parental trará consequências nefastas sobretudo para crianças que se veem privadas de um relacionamento fundamental na sua construção identitária e estabilidade emocional, podendo desenvolver perturbações psicológicas ou transtornos psiquiátricos (Ibid p. 156).

### **5. DESENVOLVIMENTO DOS SUBSISTEMAS FAMILIARES À LUZ DA CIBERNÉTICA**

A família quando encarada como sistema aberto partilha determinadas propriedades sistémicas que se aplicam à interação (Alarcão, 2006; Batista, 2001 citado por Dias 2011, pp. 149-150): totalidade, feedback e equifinidade. Totalidade – existe uma inter-relação e interdependência dos comportamentos de todos os elementos da família. Quando os elementos estão reunidos relacionam-se e comunicam entre si de maneira própria enquanto família, tornando-se diferentes de quando cada um está presente noutros contextos. Tem que se encarar a família como uma unidade que ultrapassa a soma dos seus elementos. A mudança num elemento repercute-se no sistema e o comportamento de cada um é indissociável do comportamento dos restantes; Feedback – o sistema familiar reage à informação proveniente dos seus elementos e do ambiente, modificando o seu comportamento de forma a assegurar a



sua continuidade; Equifinidade – capacidade que o sistema desenvolve em centrar-se em torno de um objetivo ou finalidade comum. Estas realidades permitem-nos acentuar a ideia de que a família não é um sistema estático, mas sim como um sistema dinâmico em permanente mudança e transformação.

Segundo Varela citado por (Baptista & Dias 2014, pp. 219-220) a intenção do movimento cibernético pode ser resumida como a criação de uma nova ciência da mente, já que os mecanismos circulares logo foram comparados aos mecanismos de funcionamento da cognição, da comunicação etc. na visão desses fundadores, a mente era um tipo de organização, um mecanismo não restrito ao crânio-cérebro, mais relacional, localizado na interação entre elementos e não nos elementos em si, com o mesmo olhar inter-relacional sobre o comportamento humano.

Para a teoria sistémica, a família é a relação do indivíduo com o meio, e a comunicação é o veículo para que estas relações aconteçam; todo comportamento é comunicação e toda comunicação é comportamento. Toda comunicação altera o comportamento, e é essa informação que vai resultar numa circularidade (Ibidem, p. 220).

Partindo desta descrição a família é vista como um sistema, composto de vários subsistemas que interagem entre si, isto é, uma ordem dinâmica de partes e processos entre os quais se exercem interações recíprocas sendo que, a família como um todo, se torna um sistema aberto, constituído por várias unidades presentes no sistema familiar, que por sua vez fazem parte de um sistema mais amplo que é a sociedade. As relações entre estes dois sistemas (família - sociedade) permitem ora continuidade, ora mudança, através de energias cibernéticas (Dias, 2011, pp. 149-150).

O grupo familiar nunca é estático. Antes, ele sofre contínuas transformações e comporta-se como um campo grupal dinâmico, onde circulam em todos os níveis, uma rede de necessidades, desejos, demandas, relações objectais, ansiedade, mecanismos defensivos, mal-entendidos da comunicação, segredos ocultos ou compartilhados, afectos contraditórios, etc (Zimerman, 2010, p. 104).

Reforça o autor que é necessário destacar três aspectos essenciais:

- As características pessoais, em todos os sentidos, do pai e da mãe separadamente em especial, da relação entre eles, sendo que é essencialmente relevante a imagem e a valorização que cada um tem em relação ao outro, pelo facto de que essa imagem é que, em grande parte, constituirá as representações internas que o filho terá de cada um dos pais e, por conseguinte, de si mesmo;
- Este fenómeno esta directamente conectado com o aspecto das identificações, matéria-prima da formação do primacial sentimento de identidade e da auto estima;
- A designação e a definição de papéis, a serem cumpridos dentro da família e fora dela (Ibidem).

## **6. CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS DA VIOLÊNCIA PARENTAL**

A experiência dos pais em suas famílias de origem também contribui para o aumento do risco de abuso (Simons & Johnson, 1996). O risco está associado às características ou aos eventos que podem levar a resultados ineficazes, enfraquecendo a pessoa diante da situação de estresse (Habigzang, 2006, p. 380).

As crianças podem apresentar várias consequências, em decorrência da violência física (Maldonado & Williams, 2005, p. 355).

Em contrapartida, a exposição da criança a práticas parentais inadequadas (conflitos, violência, coerção) ou a baixo envolvimento com o pai ou com a mãe constitui, por si só um fator de risco para o desenvolvimento infantil, aumentando a vulnerabilidade a eventos ameaçadores externos ao ambiente familiar, como práticas delinquentes e envolvimento com drogas (Gomide, 2003; MacDowell & Parke, 2005; citado por Cia et al., 2006, p. 352).

Sierra e Mesquita, em estudo com crianças e adolescentes, concluem que a violência intradomiciliar, perpetrada por pais bem como a privação e negligência, representam uma alta probabilidade de danos físicos e psicológicos e consequente atraso no desenvolvimento pleno da criança (Leoncio et al., 2017, p. 186).

Em outra pesquisa, conduzida por Brito e colaboradores, observou-se que os comportamentos agressivos e a vitimização presentes entre adolescentes estavam associados à violência física doméstica. Nesse contexto, a atenção centrada na criança sem prestar atenção à complexidade da dinâmica familiar é como amenizar o sintoma sem tratar a causa (Ibidem).

A violência física caracteriza-se pelo uso de força intencional, não-acidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas da criança ou do adolescente. O objetivo é ferir, danificar ou destruir esta criança ou adolescente, deixando ou não marcas evidentes (Antoni & Batista, p. 26).

De Antoni, Barone e Koller (2007) apontam que, assim como outras manifestações da violência intrafamiliar, o abuso físico tem origem em diversas causas e pode desencadear diversas consequências. Propõem ainda que a história dos maus tratos deva ser entendida a partir de fatores históricos, culturais e situacionais, além de características dos pais/cuidadores (Antoni & Batista, *Ibidem*).

Para Guerra (2001) os danos observados, consequentes da violência vivenciada pelas crianças, podem prejudicar a capacidade de aprendizagem, socialização, desempenho escolar e o desenvolvimento de amizades (Antoni & Batista).

Outros autores são unânimes em afirmar que crianças expostas a pais abusivos ou severos correm risco em seu desenvolvimento, pois tais comportamentos por parte dos pais podem desencadear conflitos com a lei, psicopatias, fracasso acadêmico, dificuldades com colegas e abuso de substâncias (Simons, Whitbeck, Conger & Chyi-In, 1991).

Em suma, de acordo com a literatura, a exposição a maus-tratos na infância pode produzir efeitos negativos por meio de diferentes mecanismos, sendo que todos tornariam o adulto mais vulnerável a estressores diversos, os quais, no contexto do exercício de sua própria parentalidade, funcionariam como riscos proximais para a repetição da violência com os próprios filhos (na ausência de mecanismos protetores), (Bérgamo & Bazon, p. 711).

As investigações de Spitz sobre os efeitos das carências afectivas, evidencia que existem perturbações no desenvolvimento global do psiquismo infantil, provocados pela “privação afectiva parcial”. Os sintomas predominantes são: o choro frequente, gritos e gemidos, perda de peso e paragem no desenvolvimento geral, apatia e indiferença, recusa de contacto com a adopção da posição patognomónica, tendência em contrair doenças, insónias, perda de peso e

letargia. Nos casos em que a privação afectiva é total, a separação acarreta sempre consequências funestas (Abreu, 2002, pp. 25-26).

O conjunto das observações expostas levou Spitz a concluir que “a carência de afecto provoca uma paragem no desenvolvimento de todos os sectores da personalidade” (Abreu, 2002, p.29).

## **7. UMA VISÃO PSICANALÍTICA: DA RELAÇÃO ALIENANTE À RELAÇÃO PARTILHADA**

As famílias seguem ciclos comportamentais, governados por um sistema de defesas e de crenças, composto de uma combinação de atitudes, suposições básicas, expectativas, preconceitos e convicções. Estas crenças e defesas familiares se interligam para formar as premissas diretrizes da família, fechando-se em um segredo mutuo e as defesas se estabelecem como padrões de educação (Baptista & Dias, 2014, p. 319).

Segundo Palacio Espasa (1993) citado por Bléandonu (1999, p. 92) o conflito de parentalidade reconhece-se primeiro por projecções identificatórias que os pais fazem sobre a criança. Palacio (1993) considera que a parentalidade «normal» assenta sobre identificações projectivas «externalizantes».

Bléandonu (1999, p. 93) recorda que Manzano e Placio Espasa (1993, p. 24) descreveram conflitos de parentalidade *neurótica* e de natureza *narcísica*.

O conflito de parentalidade é qualificado como *neurótico* quando os pais ficam com os lutos por fazer do seu passado relativamente aos seus próprios pais. As identificações projectivas mantêm-se externalizantes, veiculam mais exigências em relação à criança (Bléandonu, 1999, p. 93).

Para Zimerman (2010, p. 104) não são somente os conflitos neuróticos das gerações precedentes da família nuclear que reeditam nos próprios pais, que por sua vez transmitem para os filhos, em uma combinação que envolve, no mínimo, três gerações, num continuado

jogo de mútuas projecções. Também há transmissão de valores e de significados, tanto os de natureza *pulsional*, como também os *egóicos*, os providos do *superego* e do *ideal do ego*.

No conflito de parentalidade *narcísica*, as identificações projectivas são muito mais carregadas de agressividade do que de amor. Os pais não se servem delas para se comunicar, mas para continuar a defender-se contra conflitos que remontam à sua infância. A criança sofre a pressão de projecções muito penosas porque um fantasma onnipotente uniu um objecto introjectado com uma parte do Eu dos seus pais (Bléandonu, 1999, p. 93).

Um importante aspecto da maternidade é o facto de que a mãe representa para a criança como um espelho, tal como afirma Winnicott (1967), “o primeiro espelho da criatura humana é o rosto da mãe, seu olhar, sorriso, expressões faciais, etc. (Zimerman, 2010, p. 106).

A ênfase que merece ser dada ao papel do pai incide no facto de que a sua presença física e afectiva é de fundamental importância no processo de separação-individualização (Mahler, 1986), citado por Zimerman (2010, p. 107).

Pode-se dizer que os irmãos funcionam como objectos de duplo investimento: o primeiro é o que diz respeito às conhecidas reacções ambivalentes de amor e amizade, mescladas com sentimentos de inveja, ciúme, rivalidade, etc. O segundo investimento consiste em um defensivo, deslocamento nos irmãos de pulsões libidinosas, ou agressivas, que primariamente seriam dirigidas aos pais (Ibidem).

A terapia mãe-filho vai incidir essencialmente sobre o conflito de parentalidade e não sobre os avatares tardios da neurose infantil da mãe (Bléandonu, 1999, p. 92).

A consulta terapêutica está determinada a reintroduzir uma temporalidade evolutiva numa situação de impasse que gostaria de manter as interacções conflituais num eterno presente. O pai e a mãe têm que abandonar uma parte das identificações projectivas ligadas aos seus desejos que se mantiveram infantis e renunciar a uma parte das idealizações de que eram objecto (Bléandonu, 1999, p. 147).



## **PARTE II – INVESTIGAÇÃO EMPIRICA**





## **JUSTIFICATIVA**

Sendo a Violência sobre a criança uma realidade no município onde trabalho é também ainda desconhecida a sua dimensão em termos de prevalência e de tipologia

No âmbito deste mestrado, ao optarmos por este estudo (violência sobre a criança) pretendemos conhecer melhor esta realidade para que possa haver uma intervenção que conduza a uma diminuição da sua frequência e melhore o bem-estar da criança. Assim elegemos como objectivos:

### **1. OBJECTIVOS**

#### **1.1 Objectivos Gerais**

- Estudar a prevalência de violência parental nas crianças em idade escolar, no Município de Talatona.
- Estudar formas de violência parental nas crianças em idade escolar, no Município de Talatona.

#### **1.2 Objectivos Específicos**

- Identificar crianças que sofrem violência parental
- Estudar causas de violência parental
- Identificar crianças em risco de violência parental

## **2. METODOLOGIA**

A metodologia é a parte do processo de investigação que possibilita a sistematização de um conjunto de procedimentos metodológicos e técnicas necessárias à condução de uma pesquisa científica, com sucesso (Vieira et al., 2019, p. 58).

Na visão de Carvalho (2009, p. 116), a metodologia é o procedimento adoptado para se encontrar a resposta da questão básica, incluindo, entre outras actividades, as técnicas utilizadas, amostragens, colheita de dados e processo de análise dos mesmos.

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (Lakatus & Marconi, 2003, p. 83).

Como afirma Freixo (2018, p. 118), “Os métodos descritivos incluem vários tipos de procedimentos para obtenção de dados: a enumeração, a observação naturalista, o estudo de caso e as investigações de campo”.

Para o presente trabalho, optamos pelo método descritivo. Segundo Freixo (2018, p. 118), a finalidade principal deste método, é a de fornecer uma caracterização precisa das variáveis envolvidas num fenómeno ou acontecimento.

Acrescenta Reis (2018) que a pesquisa descritiva caracteriza-se como o estudo que procura determinar opiniões ou projecções futuras das respostas obtidas o que implica estudar, compreender e explicar a situação do objecto de investigação. Tem o propósito da descrição do fenómeno em estudo, da especificação dos conceitos dele decorrentes e da elaboração de um quadro conceptual que, além de definir a perspectiva do estudo, serve de ligação entre os conceitos e a sua descrição (p. 77).

Para o presente trabalho acreditamos que o método descritivo é o ideal pela natureza da investigação e permite atingir os objectivos preconizados.

Estudos exploratório-descritivos combinados - são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenómeno. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermedio da observação participante (Lakatus & Marconi, 2003, p. 188).

## **2.1 Tipo de Pesquisa**

A pesquisa quantitativa considera que todos os dados podem ser quantificáveis, o que significa que opiniões e informações são traduzidas em números para que possam ser classificadas e analisadas. É baseado na observação de fenómenos e tem a finalidade de

validar os conhecimentos e a probabilidade de extrapolar os resultados. Permite a realização de estudos com grandes amostras representativas, generalizando as respectivas populações (Reis, 2018, p. 78). Porém com a entrevista e a observação podemos obter informações importantes para as ciências humanas e sociais pois permite-nos colher atitudes e emoções.

O presente trabalho é essencialmente de carácter quantitativo.

## 2.2 Caracterização da População Alvo

O presente estudo foi aplicado na Província de Luanda, Município de Talatona, tendo como população alvo as crianças de ambos os sexos, em idade escolar (entre os 6 e os 10 anos de idade).

A amostra é um subconjunto da população alvo, que pode ser representativa de todas as suas características e sobre a qual será feito o estudo, podendo, neste caso, extrapolar-se para a população em geral. Porém há também amostras (amostras de conveniência ou quando o universo não é completamente conhecido) que embora não sejam representativas podem também dar informações importantes. As vantagens na utilização da amostra em relação à população alvo são a sua mais fácil exequibilidade e menos onerosidade (Reis, 2018, p. 87).

No presente trabalho foram incluídas todas as crianças de que temos conhecimento em idade escolar (entre os 6 e os 10 anos), que se encontram fora do sistema de ensino, no Município do Talatona. O número exacto das crianças nestas condições não é totalmente conhecido por não haver registos fiáveis e algumas das crianças não estarem registadas (em parte consequência da guerra que assolou o país), porém, segundo informação obtidas junto de entidades locais, pensamos ter abrangido um número elevado de crianças nesta situação.

Critérios de inclusão: crianças entre os 6 e 10 anos a residir no município do Talatona e que não frequentam nenhum estabelecimento de ensino.

Como critérios de exclusão foram apenas utilizados os seguintes parâmetros: crianças com idade inferior a 6 anos e superior a 10, crianças a frequentar escolas, crianças que

apresentavam alterações físicas ou cognitivas que não lhes permitisse colaborar e crianças cujos pais se recusaram a assinar o termo de consentimento livre e esclarecido.

**Variáveis de Estudo** Variável independente ( $X$ ) é aquela que influencia, determina ou afeta outra variável; é fator determinante, condição ou causa para determinado resultado, efeito ou consequência; é o fator manipulado (geralmente) pelo investigador, na sua tentativa de assegurar a relação do fator com um fenómeno observado ou a ser descoberto, para ver que influência exerce sobre um possível resultado (Lakatos & Marconi, 2003, p. 138).

No presente trabalho, considerou-se como variável independente a criança em idade escolar.

Variável dependente ( $Y$ ) consiste naqueles valores (fenómenos, fatores) a serem explicados ou descobertos, em virtude de serem influenciados, determinados ou afetados pela variável independente; é o fator que aparece, desaparece ou varia à medida que o investigador introduz, tira ou modifica a variável independente; a propriedade ou fator que é efeito, resultado, consequência ou resposta a algo que foi manipulado (Ibidem).

Assim sendo, a variável dependente do presente trabalho corresponde a violência parental, relações familiares e tipos de violência.

## 2.3 Instrumentos

Segundo Quivy e Campenhoudt, o inquérito por questionário consiste na elaboração de questões relativas a sua situação social, profissional ou familiar que interessa colocar a um conjunto de inquiridos geralmente representativo de uma população. Geralmente são questões, para conhecer opiniões, ou atitudes em relação a situações localmente existentes, a questões humanas e sociais, expectativas, conhecimentos ou ainda de tomada de consciência sobre um acontecimento ou um problema, ou ainda sob qualquer outro ponto que interesse aos investigadores ou seja útil para um diagnóstico comunitário (2013, p. 188).

Para o presente trabalho, foi elaborado um inquérito com os aspectos que conduziram à investigação. Assim, para além das variáveis sociodemográficas, houve também a operacionalização de variáveis dependentes, completada por observação directa, nos indicadores de violência parental, tendo em conta as dimensões, físicas, psicológicas,

negligência, exploração infantil, e violência sexual. O questionário foi previamente testado antes de ser aplicado, para aferir linguagem e eventuais correções.

## 2.4 Procedimentos

Quivy e Campenhoudt (2013) salientam que um procedimento é a forma de progredir em direcção a um objectivo (p.25).

D'Oliveira (2007, p. 72) defende os procedimentos necessários para salvaguardar os aspectos éticos de uma investigação:

- O participante deve saber que está a participar num estudo;
- A sua participação deve ser de livre vontade. O formulário de participação devera conter os seguintes elementos: descrição do estudo, informação a ser solicitada ao sujeito, a descrição daquilo que o participante terá que fazer, a descrição dos potenciais riscos e benefícios para os participantes, uma declaração dos potenciais em como a participação é voluntaria, garantia de que todos os seus dados recolhidos são e manter-se-ão confidenciais, o nome e o contacto telefónico de uma pessoa a quem o participante pode contactar para obter mais informações sobre a investigação;
- Antes de começar o estudo, qualquer pessoa deve saber exactamente em que é que vai constar a sua participação;
- No final da sua participação, o sujeito deve ser informado sobre os objectivos específicos e ainda sobre o modo como serão tratados os seus resultados;
- Qualquer pessoa tem o direito de saber como foram avaliadas os seus resultados;
- A confidencialidade dos resultados é algo que deve estar salvaguardado desde o início.

D'Oliveira (2007 p. 73) lembra-nos que estes princípios são bastantes gerais e podem até parecer demasiado elementares, mas a ideia é que os participantes do presente estudo têm que estar perfeitamente conscientes da situação em que estão envolvidos. Só assim poderão estar garantidos os princípios éticos subjacentes ao desenvolvimento de trabalhos de investigação. Para que um instrumento seja capaz de produzir a informação adequada, deverá conter perguntas sobre cada um dos indicadores previamente definidos e formulá-las com o máximo

de precisão. De seguida testar o instrumento de observação (Quivy & Campenhoudt 2013 p. 181).

*a. Cálculo do Índice de Validade Conteúdo do instrumento*

Na formulação das questões, partimos do conceito das dimensões, e dos indicadores de violência física, psicológica, abuso sexual, negligência e abandono, que serviram para a elaboração das perguntas.

Antes da aplicação do inquérito, deve-se efectuar um estudo para a validade de conteúdo, solicitando a intervenção de juízes (Simões, 2016, pp. 62-63). Com base neste princípio, submetemos as perguntas à sua avaliação; os juízes determinarão se concordam ou não com a pergunta e também justificam os motivos.

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

A validade de conteúdo envolve várias etapas, começando pela avaliação das perguntas propostas por um grupo de juízes, terminando, caso necessário, pela eliminação ou reformulação de algumas delas (Simões, 2016, pp. 69-74).

Para o presente inquérito, utilizamos o cálculo do índice de validade de conteúdo (IVC).

Com base na escala do tipo Likert, cujas pontuações vão de 2 a 4, assim distribuídas:

1 = Não Claro

2 = Pouco Claro

3 = Muito Claro

4 = Bastante Claro

Conforme Wynd, Schmidt e Schaefer (2003), citado por (Simões, 2016 p. 70), o índice de validade de conteúdo expressa-se através da seguinte formula:

$$IVC = \frac{\text{Respostas 3,4}}{\text{Total de juizes}}$$

A taxa do IVC (Índice de Validade de Conteúdo) normalmente aceite é de 0,78% ou superior (Lynn, 1986, ibidem).

**Para chegar ao resultado final, obedecemos às seguintes etapas:**

#### **ETAPA I**

- **Determinar o IVC**

**Passo 1.** Construção da Matriz de dados

**Passo 2.** Cálculo do Índice de Validade de Conteúdo

**Passo 3.** Eliminar as perguntas que obtiveram uma cotação abaixo dos 70%. Neste caso as perguntas: **2, 7, 8, 19, 34**, foram excluídas.

#### **ETAPA 2**

- **Cálculo do nível de concordância entre Juizes**

**Passo 1.** Construção da Matriz de dados

**TC** = Total de membros que concordam

**TM** = Taxa total de membros do painel de juizes

**Taxa** = Taxa de concordância obtida pela fórmula

**NC** = Não concorda

**C** = Concorda

A versão final do inquérito conta com 41 perguntas, foram excluídas 5 das 45 questões iniciais (**2, 7, 8, 19, 34**).

Com o auxílio das comissões de moradores pretendemos identificar crianças em idade escolar e aquelas que eventualmente sofram de violência parental.

Aplicamos também um inquérito de opinião elaborado por nós para o efeito dirigido à comissão de moradores, vizinhos e todos aqueles que se julguem importantes para o levantamento de informações.

O SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) foi criado em 1968 nos EUA, na Universidade de Chicago, por Norman Nie, C. Hadlai (Tex) Hull e Dale Bent. (...) o SPSS data editor é útil para testes estatísticos tais como medidas de correcção e testes de hipóteses. Permite contagem de frequências, ordenar dados, reorganizar a informação, em vários campos de análise estatística (Carvalho, 2009, pp. 104-105).

Assim, os resultados quantitativos obtidos no presente trabalho, serão tratados no programa SPSS enquanto nas perguntas abertas, será feita análise do conteúdo.

## **2.5 Considerações Éticas**

Tendo em atenção tratar-se de crianças menores, tivemos que recorrer à ajuda das comissões de moradores e dos Coordenadores de bairro para sensibilizar os pais para darem o consentimento informado.

Assim esclarecemos os pais das crianças sobre os objectivos que presidiam ao nosso trabalho de investigação garantindo-lhes o anonimato e a confidencialidade dos dados.

Assim após prestarmos todo o esclarecimento necessário à prossecução do nosso trabalho e aquele que nos foi pedido, solicitamos que um dos pais assinasse o consentimento informado.

Aos que não sabiam ler nem escrever era-lhes lido em voz alta o termo de consentimento e eles anuíam perante testemunhas.



## **PARTE III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**



## 1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para avaliar os indicadores de violência física, usamos como critérios de avaliação as respostas sim e não do inquérito por nós elaborado sobre “Criança em idade escolar e violência parental”.

Assim estudamos 140 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos de idade, a maioria (57,1%) eram do sexo masculino (Quadro 1).

**Quadro 1.** Distribuição das crianças estudadas por grupo etário e sexo

	Anos					
	6 – 8		9 – 10		Total	
Sexo	N	%	N	%	N	%
Feminino	27	39,1	33	46,5	60	42,9
Masculino	42	60,9	38	53,5	80	57,1
Total	69	100,0	71	100,0	140	100,0

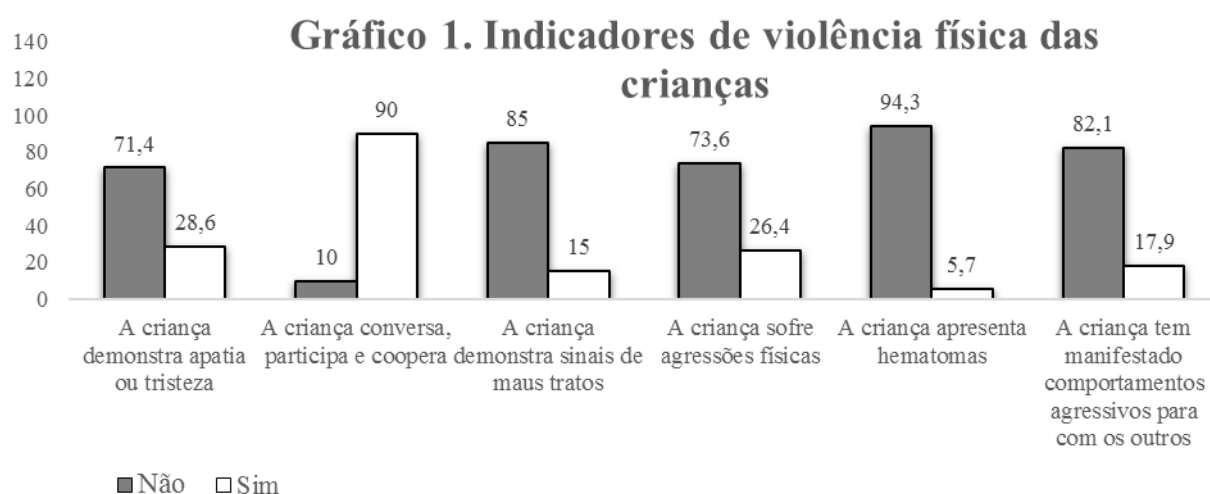
Fonte: Dados da Investigação (2019)

No que diz respeito a agressão física a maior parte das crianças não apresenta sinais de agressões físicas. Apesar de ser afirmado que 26,4 % das crianças sofrem agressão física. Apenas 15% apresenta sinais de maus tratos e 5,7 % hematomas. 71,4 % não apresentam apatia ou tristeza e 82,1 % não manifesta comportamentos agressivos para com os outros, participando e cooperando a maioria (90,0 %) (Tabela 1).

**Tabela 1.** Indicadores de violência física das crianças

<b>Indicadores</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
A criança demonstra apatia ou tristeza	40 28,6%	100 71,4%
A criança conversa, participa e coopera	126 90,0%	14 10,0%
A criança demonstra sinais de maus tratos	21 15,0%	119 85,0%
A criança sofre agressões físicas	37 26,4%	103 73,6%
A criança apresenta hematomas	8 5,7%	132 94,3%
A criança tem manifestado comportamentos agressivos para com os outros	25 17,9%	115 82,1%

Fonte: Dados da Investigação (2019)



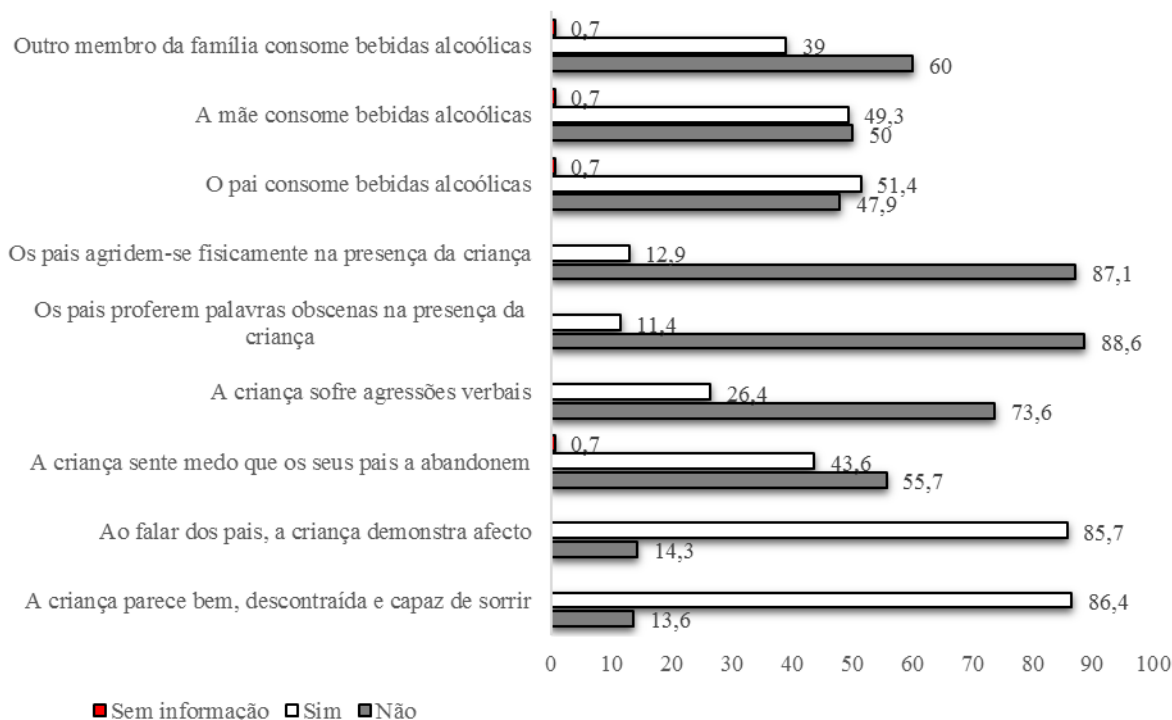
Apesar de na maioria dos casos o pai consumir bebidas alcoólicas (51,4%) e a mãe em metade dos casos (50,0%), só em 12,9 % os pais se agredem na presença da criança e em 11,2% os pais proferem palavras obscenas na presença da criança. No entanto 26,4 % das crianças sofrem agressões verbais; 5,4% das crianças parecem bem, descontraídas e capazes de sorrir demonstrando 85,7% delas afecto pelos pais, no entanto 43,6 % temem ser abandonadas por eles (Tabela 2).

**Tabela 2.** Indicadores de violência psicológica

Indicadores	Sim	Não	Sem Info
A criança parece bem, descontraída e capaz de sorrir	121 86,4 %	19 13,6 %	
Ao falar dos pais, a criança demonstra afecto	120 85,7 %	20 14,3 %	
A criança sente medo que os seus pais a abandonem	61 43,6 %	78 55,7 %	1 0,7 %
A criança sofre agressões verbais	37 26,4 %	103 73,6 %	
Os pais proferem palavras obscenas na presença da criança	16 11,4%	124 88,6 %	
Os pais agrirem-se fisicamente na presença da criança	18 12,9 %	122 87,1 %	
O pai consome bebidas alcoólicas	72 51,4 %	67 47,9 %	1 0,7 %
A mãe consome bebidas alcoólicas	69 49,3 %	70 50,0%	1 0,7 %
Outro membro da família consome bebidas alcoólicas	55 39,0 %	84 60,0 %	1 1,0 %

Fonte: Dados da Investigação (2019)

**Gráfico 2.** Indicadores de violência psicológica



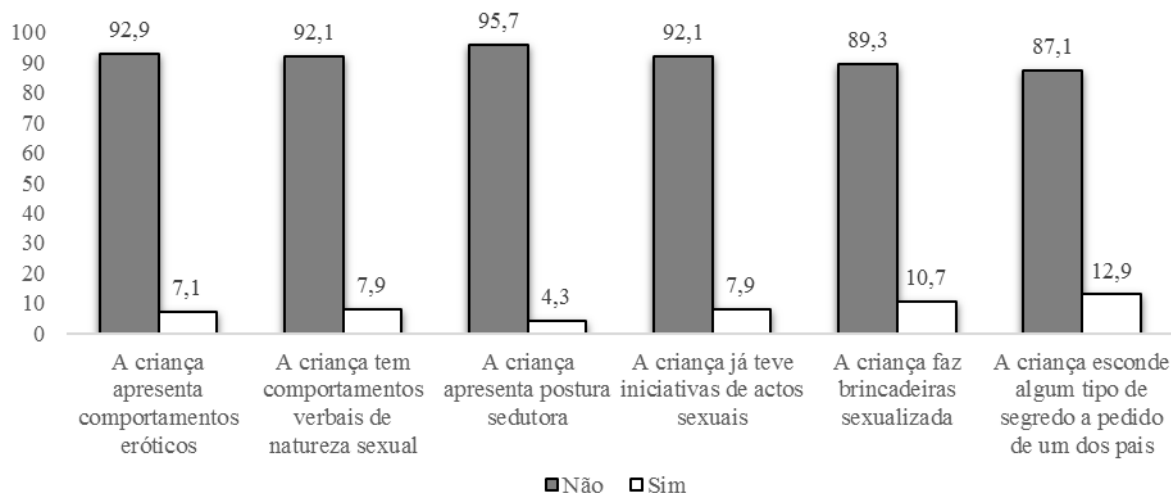
A maioria das crianças não apresenta comportamentos eróticos (92,0%), comportamentos verbais de natureza sexual (92,1%), nem postura sedutora (95,7%), nem faz brincadeiras sexualizadas (89,3%), apesar de já haver crianças na 1ª fase da adolescência (Tabela 3).

**Tabela 3.** Indicadores de violência sexual

Indicadores	Sim	Não
A criança apresenta comportamentos eróticos	<b>10</b> (7,1%)	<b>130</b> (92,9%)
A criança tem comportamentos verbais de natureza sexual	<b>11</b> (7,9%)	<b>129</b> (92,1%)
A criança apresenta postura sedutora	<b>6</b> (4,3%)	<b>134</b> (95,7%)
A criança já teve iniciativas de actos sexuais	<b>11</b> (7,9%)	<b>129</b> (92,1%)
A criança faz brincadeiras sexualizadas	<b>15</b> (10,7%)	<b>125</b> (89,3%)
A criança esconde algum tipo de segredo a pedido de um dos pais	<b>18</b> (12,9%)	<b>122</b> (87,1%)

Fonte: Dados da Investigação (2019)

**Gráfico 3. Indicadores de violência sexual**



Em grande parte dos casos ambos os pais trabalham, no entanto só em 24,3% dos casos é que a criança passa a maior parte do tempo sozinha sendo que em 76,4 % dos casos os pais, na sua ausência são substituídos por pessoas conhecidas; só em 22,1% é que a criança passa a maior

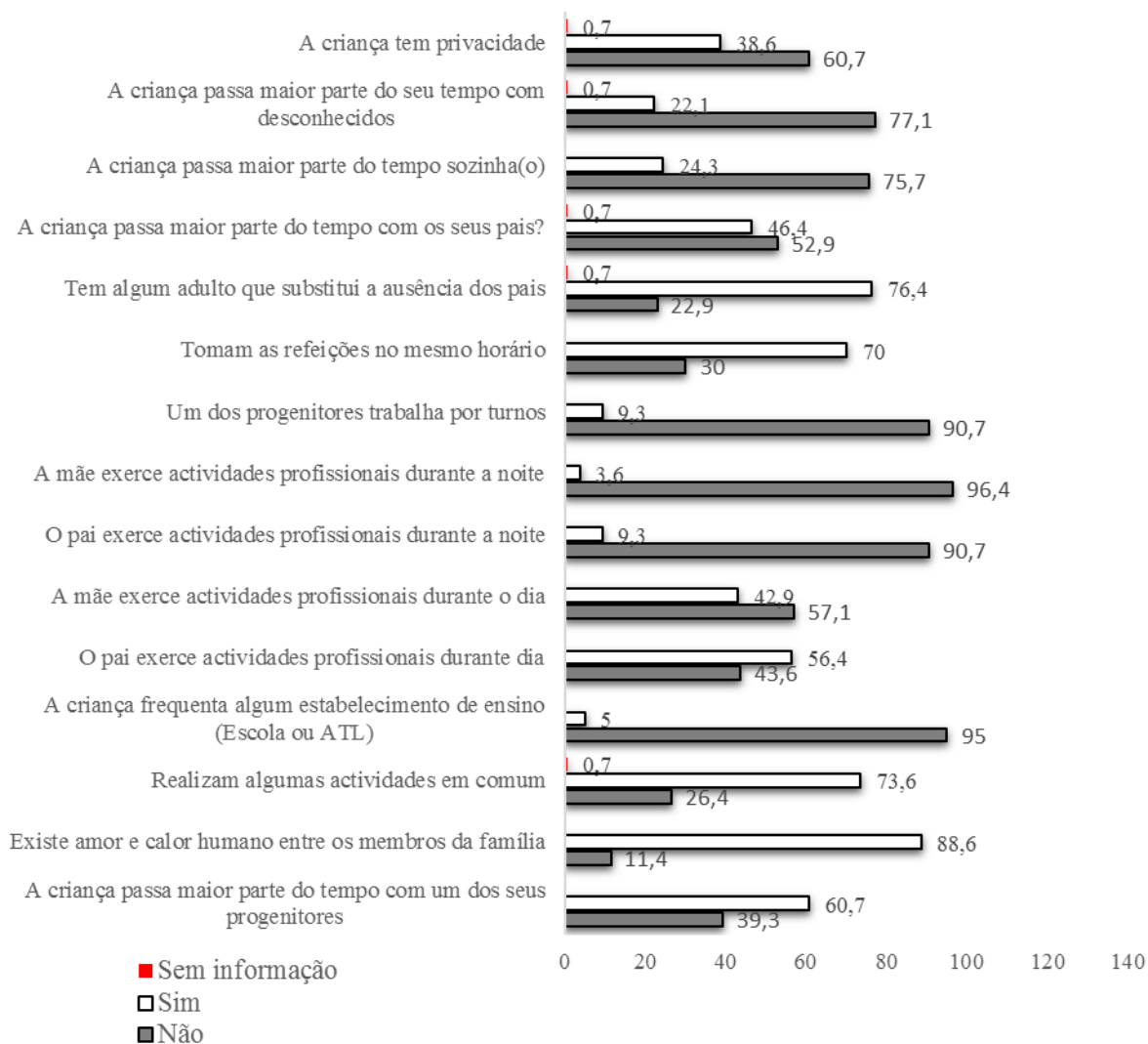
parte do tempo com desconhecidos ou sozinha (24,3%). Em 70,0 % a criança toma as refeições no mesmo horário dos progenitores, apesar de em 60,7% dos casos passar mais tempo com um dos progenitores (Tabela 4).

**Tabela 4.** Indicadores de Negligência

<b>Indicadores</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Sem Info</b>
A criança passa maior parte do tempo com um dos seus progenitores	<b>85</b> (60,7%) 124	<b>55</b> (39,3%) 16	
Existe amor e calor humano entre os membros da família	(88,6%) 103	(11,4%) 37	
Realizam algumas actividades em comum	(73,6%) 7	(26,4%) 133	
A criança frequenta algum estabelecimento de ensino (ATL)	(5,0%) 79	95,0%) 61	
O pai exerce actividades profissionais durante dia	(56,4%) 60	(43,6%) 80	
A mãe exerce actividades profissionais durante o dia	(42,9%) 13	(57,1%) 127	
O pai exerce actividades profissionais durante a noite	(9,3%) 5	(90,7%) 135	
A mãe exerce actividades profissionais durante a noite	(3,6%) 13	(96,4%) 127	
Um dos progenitores trabalha por turnos	(9,3%) 98	(90,7%) 42	
Tomam as refeições no mesmo horário	(70,0%) 107	(30,0%) 32	1
Tem algum adulto que substitui a ausência dos pais	(76,4%) 65	(22,9%) 74	(0,7%) 1
A criança passa algum tempo com os seus pais?	(46,4%) 34	(52,9%) 106	(0,7%)
A criança passa alguma parte do tempo sozinha(o)	(24,3%) 31	(75,7%) 108	1
A criança passa parte do seu tempo com desconhecidos	(22,1%) 54	(77,1%) 85	(0,7%) 1
A criança tem privacidade	(38,6%)	(60,7%)	(0,7 % )

Fonte: Dados da Investigação (2019)

**Gráfico 4. Indicadores de negligência**





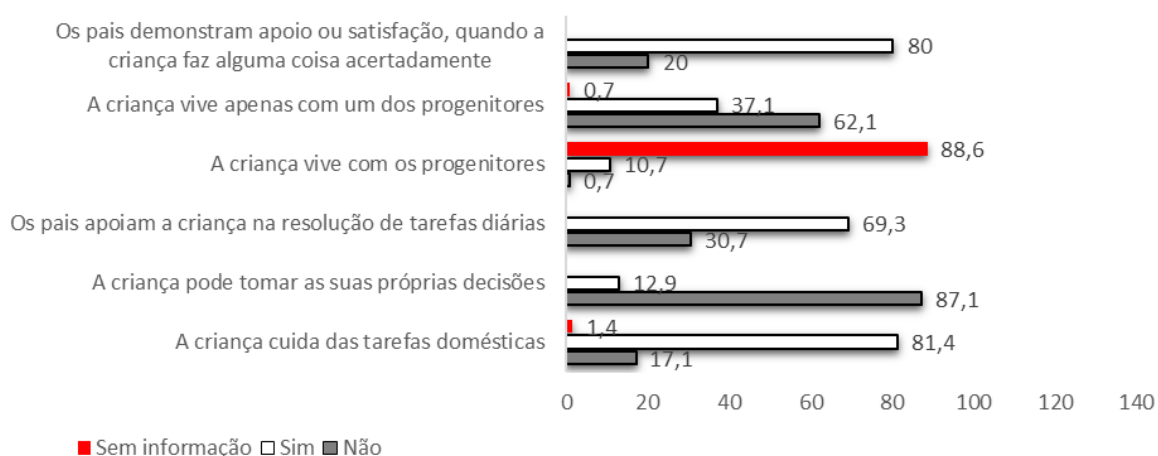
Em 80,0 % dos casos os pais parecem ser assertivos com as tarefas desempenhadas pelos filhos. Estes na maior parte dos casos desempenham algumas tarefas domésticas, o que é importante pois temos crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, apesar de em 87,1 % a criança não estar autorizada a tomar as suas próprias decisões (Tabela 5).

**Tabela 5.** Indicadores de exploração infantil

Indicadores	Sim	Não	Sem Inf.
A criança cuida das tarefas domésticas	114 (81,4%)	24 (17,1%)	2 (1,4%)
A criança pode tomar as suas próprias decisões	18 12,9 %	122 87,1%	
Os pais apoiam a criança na resolução de tarefas diárias	97 69,3 %	43 30,7 %	
A criança vive com os progenitores	15 10,7 %	1 0,7 %	124 88,6 %
A criança vive apenas com um dos progenitores	52 37,1 %	87 62,1 %	1 0,7 %
Os pais demonstram apoio ou satisfação, quando a criança faz alguma coisa acertadamente	112 80,0 %	28 20,0 %	

Fonte: Dados da Investigação (2019)

**Gráfico 5.** Indicadores de exploração infantil



**Quadro 2.** Distribuição segundo a realização de actividades domésticas em substituição do adulto de acordo com o sexo

Masculinos		Femininos		Total	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
41	39	46	14	87	53
51,3%	48,8 %	76, 7%	23,3 %	62,1 %	37, 9 %

Fonte: Dados da Investigação (2019)

A maioria (62,1%) executa tarefas domésticas, nas quais se inclui sobretudo cuidar de irmãos menores, lavar a louça, transportar água, etc. Sendo que é uma tarefa desempenhada sobretudo pelo sexo feminino (76, 7%), comparando com o sexo masculino (51,3%) (Quadro 2).

**Quadro 3.** Distribuição dos inqueridos segundo experiencias de brincadeiras sexualizadas de acordo com a idade

Anos/Sexo										
“Brincadeiras”	6 – 8				9 – 10				Total	
	M		F		M		F		n	%
Sim	12	33,1	9	2,4	17	38,6	16	55,2	54	38,6
Não	24	66,6	22	71,0	27	61,4	13	44,8	86	61,4
Total	36	100,0	31	100,0	44	100,0	29	100,0	140	100,0

Fonte: Dados da Investigação (2019)

Destas crianças (38, 6%), já tiveram experiencias de brincadeiras sexualizadas, embora quando do questionário me apercebesse que algumas destas eram brincadeiras inocentes. De salientar que dos que tiveram “experiencias”, 55,2% pertenciam ao grupo etário mais velho que é dos 9 aos 10 anos e 33,1% ao grupo etário mais novo 6 aos 8. Da minha observação verifiquei que as condições habitacionais em muitos dos casos favoreciam a curiosidade infantil para este tipo de experiencias, isto é: habitações pequenas, muitas vezes com o quarto partilhado com os adultos e por vezes também a cama.

Curiosamente, quando analisamos por grupo etário e sexo, verificamos que são as raparigas do grupo etário mais velho que afirmam em maior percentagem (55,2%), terem tido tais “brincadeiras” enquanto os rapazes são apenas 38,6%. Já no grupo etário mais jovem, são os rapazes que afirmam em maior percentagem ter tido “brincadeiras” (33,3 % contra 29,0% no sexo feminino) (Quadro 3).

Entre os que já tiveram “brincadeiras” identificamos dois casos de abuso sexual. Um de incesto praticado pelo irmão de 14 anos, (a vítima atualmente tem 10 anos), com atos regulares de penetração anal e vaginal, com frequência semanal desde há mais ou menos 1 ano, que manteve segredo a pedido do irmão, pais desempregados e negligentes e ambos consumidores em excesso, de álcool. A outra vítima com apenas 9 anos afirma guardar segredo do “tio da cantina” que a alicia com doces; desconhece a idade do mesmo. Também não soube referenciar o número de vezes que já praticou sexo, mas refere terem sido várias.

#### **Anotações colhidas pelo investigador, no local:**

- Muitas das crianças que referiram tomar as refeições no mesmo horário com progenitores, fazem apenas uma única refeição que é à noite quando a família se reúne, encontrando-se grande parte das crianças inquiridas em situação de extrema vulnerabilidade social e com nutrição inadequada.
- As actividades domésticas praticadas pelas mesmas e as responsabilidades que a elas são imputadas tais como: cozinhar, acarretar água e cuidar do (os) irmão (os) menor (es), apesar de poder ser considerado cultural e haver uma necessidade familiar, em alguns casos pode ser considerada como uma exploração infantil e/ou negligência pois algumas destas crianças são bastante pequenas.
- Existem crianças que não frequentam o ensino por falta de condições sociais, uma vez que os pais não possuem qualquer documento de identificação (e consequentemente os filhos também), tais como certidão de nascimento, cédula de registo civil ou bilhete de identidade, mas outras destas crianças foram entregues a parentes pelos seus progenitores que vivem nas províncias, com o objectivo de estas poderem vir a ter um futuro melhor, porém acabam por servir apenas para cuidar das tarefas domésticas, não frequentando o ensino.

- Poucas são as crianças que conseguem ter liberdade de expressão, ou tomar as suas próprias decisões.
- Há também crianças que partilham o leito com mais do que uma pessoa, que podem ser irmãos, primos e tios, de diversas idades, com diferenças no género, o que pode aumentar o risco de abusos sexuais.

## 2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Num estudo de Sierra e Mesquita, com crianças (citado por Leoncio et al., 2017, p. 186), com crianças e adolescentes, estes autores concluem que a violência intradomiciliar, perpetrada por pais bem como a privação e negligência, representam uma alta probabilidade de danos físicos e psicológicos e consequentemente de atraso no desenvolvimento pleno da criança. No presente trabalho, apesar de ser afirmado que (26,4 %) das crianças sofrem agressão física, (71.4 %) não apresentam apatia ou tristeza.

Em outra pesquisa, conduzida por Brito e colaboradores, observou-se que os comportamentos agressivos e a vitimização presentes entre adolescentes estavam associados à violência física doméstica, mas no nosso estudo constatamos que (82,1 %) não manifesta comportamentos agressivos para com os outros, participando e cooperando a maioria (90,0 %) como consta na Tabela nº 1 (Ibidem).

Gomide (2003), ao selecionar variáveis vinculadas ao desenvolvimento do comportamento anti-social, descreveu como uma das práticas educativas negativas o abuso físico e psicológico, por meio de práticas corporais negativas, ameaças, chantagem de abandono ou humilhação do filho. Nos nossos resultados em 12,9 % das crianças, os pais agredem-se mutuamente na presença da criança e em 11,2% os pais proferem palavras obscenas na presença da criança. Também 26,4 % das crianças sofrem agressões verbais no entanto 5,4% das crianças parecem estar bem, descontraídas e capazes de sorrir; 85,7% demonstram afecto pelos pais, no entanto 43,6 % temem ser abandonadas por eles (Tabela de nº 2.) questão esta que numa família funcional normalmente não se põe.

É frequente, as vítimas de violência/abusos também virem a tornar-se agressores. No nosso estudo e como resultado de testemunhos colhidos no local apercebemo-nos que pelo menos um dos agressores sexuais, já estava referenciado por atos semelhantes cometidos com outras crianças.

As “brincadeiras” sexualizadas, quando não inocentes, também podem vir a resultar em diferentes formas de abuso sexual. De acordo com Furniss (1993) citado por Silva e Lins (2013), o ato sexual ocorrido entre duas crianças de idade cronologicamente semelhante não

caracteriza nenhum dos dois como vítima ou abusador, pois neste modelo de abuso é importante que ambas as crianças sejam tratadas como vítimas não só de negligência por ausência de cuidados parentais, mas também porque algumas delas podem já ter outros agressores. Para estes autores o relacionamento sexual para essas crianças se torna semelhante ao relacionar-se emocionalmente com outras pessoas, podendo gerar comportamentos sexualizados de ambos, sendo que as meninas se tornam mais vulneráveis a novos abusos e os meninos acabam por desenvolver papéis relacionados a um abusador, podendo cometer abusos em outros relacionamentos (pp. 48-65).

Filho (2004, p. 42), na descrição do ciclo de vida (Adaptado de Erikson, E, 1998), considerou no 4º estágio de vida (correspondente à idade escolar entre os 6 e os 10 anos), como um factor determinante de uma boa imagem, o sentimento de competência. Na crise da “*produtividade versus inferioridade*” o que está em causa é a capacidade da criança para um trabalho produtivo. Seja qual for a cultura há necessidade de desenvolver habilidades que permita a sobrevivência.

No nosso estudo (tabela 5) em 80,0 % das crianças os pais parecem ser assertivos com os filhos. Apesar de estes desempenharem tarefas domésticas, nem sempre adequadas à sua idade, estas podem, segundo Filho (2004) ajudar as crianças a desenvolverem um autoconceito positivo, desenvolvendo-se assim, também, competências pois conseguem completar tarefas e gerir suas habilidades para alcançar o sucesso (Ibidem).

O facto de no nosso estudo 87,1 % das crianças não estar autorizada a tomar as suas próprias decisões”, parece indicar que estamos diante de pais autoritários, tanto mais que elas desempenham tarefas não totalmente adequadas à idade que têm. No estilo autoritário segundo Diane Baumrind, a disciplina é prioritária, sendo o afecto mais dificilmente expresso e de forma não-verbal (uma conta bancária em segredo, um presente que surge no ultimo minuto).

Segundo Santos, alguns dos problemas que surgem com as crianças, podem resultar dos estilos parentais que cada um dos progenitores adota, e do desequilíbrio entre a importância do afecto e da disciplina nas interacções (Santos, 2013, p.142).

Para a Organização Internacional Infantil (OIT), o trabalho infantil é toda a actividade de trabalho executada por criança menores de 15 anos, com o objectivo de prover seu sustento e/ou sustento da família.

No nosso estudo e tendo em atenção a idade das crianças inquiridas e as tarefas domésticas que desempenham poderemos suspeitar de que estamos na presença de exploração do trabalho infantil (embora este não seja remunerado). Para Gomes, (1998), o trabalho infantil é exploração quando é realizado em condições inadequadas, prejudiciais e/ou perversas; exige da criança ou do jovem uma actividade constante e desproporcional às suas forças, ao seu estágio de desenvolvimento psicossocial; ou, a actividade impede as brincadeiras, os jogos, o descanso e em especial, a escolarização regular (Gomes, 1998, p. 54).

#### **Constrangimentos ao Desenvolvimento do Trabalho:**

- O universo populacional das crianças dos 6-10 anos a não frequentarem estabelecimentos de ensino era desconhecido, quando do planeamento do nosso trabalho de investigação que nos obrigou a recorrer ao apoio dos coordenadores de bairros e presidentes das comissões de moradores. Embora tenhamos noção de que não abrangemos todo o universo, pensamos ter atingido uma amostragem bastante elevada de crianças.
- Não existindo censo fidedigno deparamo-nos com um obstáculo difícil de transpor (que está em crescendo se nada for feito para contrariar esta tendência), quer em futuros trabalhos de investigação, quer em intervenções comunitárias e que consiste no facto de muitos residentes neste município não possuírem qualquer identificação devido a terem fugido à guerra civil que assolou Angola, a existirem já descendentes destas pessoas (que também não podem ser registadas) ou a refugiados provenientes de conflitos em países vizinhos.
- Houve ainda, 8 crianças, cujos pais não assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.





## CONCLUSÕES

A violência parental na criança em idade escolar é uma realidade no município de Talatona, vários são os elementos a ter em conta, desde a negligência e abandono, assim como algumas responsabilidades acrescidas com a execução de tarefas domésticas não apropriadas à idade a criança, porém a falta de liberdade para tomar as suas próprias decisões, remete-as para um estado de dependência e obediência, que não favorece o desenvolvimento de competências e de tomadas de decisão o que as torna mais vulneráveis perante situações do quotidiano.

Vários são os motivos que impedem a criança de frequentar o ensino, desde as dificuldades financeiras à falta de estruturas públicas e ao facto de algumas não possuírem qualquer registo civil (o que as impede de se matricular em uma escola). O relacionamento positivo entre pais e filhos, serve como um suporte biopsicossocial, e garante a manutenção das boas práticas, assim como também constitui um método positivo de disciplina, monitoramento, supervisão e transmissão de valores e expectativas pró-sociais e saudáveis. Quando há negligência, a criança, torna-se mais vulnerável a factores de risco, que comprometem o seu normal desenvolvimento.

Sobre a violência parental, ainda se faz necessário divulgar e providenciar a capacitação especializada dos profissionais, agentes comunitários e educadores, a identificarem sinais de alerta contra todas as formas de violência que podem acontecer em contexto familiar ou no meio social envolvente.

O elevado número de famílias alargadas e o fraco recurso social predispõem as crianças a situações de extrema vulnerabilidade, Muitas crianças não têm privacidade, partindo do princípio de que, a maioria delas partilha o quarto e a cama com dois ou três familiares, independentemente do seu sexo e idade.

Torna-se importante analisarmos que futuro se lhes reserva. Acreditamos que possam já ter em memória traumas psicológicos, que se poderão exteriorizar a qualquer momento, durante o seu desenvolvimento.

Políticas públicas, assentes em diagnósticos de situação como o que desenvolvemos devem existir, com a finalidade de diminuir danos em vidas que estão a desenvolver-se e ainda em formação.

Estas políticas também deveriam visar aumentar a literacia em saúde da população e criar mecanismos de acompanhamento dos pais e respectivas crianças.

Deveriam ser tomadas medidas cautelares contra actos de violência parental, bem como garantir a ocupação dos tempos livres das crianças com actividades que favoreçam o normal desenvolvimento do seu ciclo vital.

## SUGESTÕES

Qualquer trabalho de investigação só será útil se levantar novas questões a investigar e ajudar em futuras intervenções comunitárias. Assim sugerimos:

- A continuação deste trabalho com o resto da população infantil dos mesmos grupos etários, que frequentam regularmente a escola para verificar se há diferenças significativas nos resultados;
- Com os dados obtidos fazer uma intervenção comunitária que abranja não só os pais/familiares, mas também, professores, e outros educadores que vise melhorar o bem-estar destas crianças;
- Fazer um levantamento de todas as crianças que não frequentam estabelecimentos de ensino e estudar os motivos porque isso acontece, para que se possa fazer acções de sensibilização e influenciar políticas de integração;
- Motivar Residentes, Coordenadores de bairro e Comissão de moradores para identificar e referenciar outras crianças que também não frequentem a escola;
- Com os dados obtidos promover acções de sensibilização junto dos profissionais de saúde, autoridades locais e comissão de moradores, para de forma continuada monitorizarem a comunidade infantil e promoverem a diminuição do absentismo na escola e eventuais casos de violência infantil.



---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Abreu, M. V. (2002). *Cinco Ensaios Sobre Motivação*. Coimbra: 1ª Edição Livraria Almedina.
- Barros, J. Silva, K. Martins, M. (2019). *Alienação parental: Realidades e riscos*. In: Martins, S. M. & Simões, M. (Coordenadores) – *Crime, Desvio, e Risco na Adolescência*. (pp.152-163). Lisboa: 1ª Edição, Edições Sílabo.
- Belsky, J. (1980). *Child Maltreatment: an Ecological Integration American Psychologist*, 35, 320-335.
- Bérghamo, L. P. D., Bazon, M. R. (2011). *Experiências Infantis e Risco de Abuso Físico: Mecanismos Envolvidos na Repetição da Violência*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol.24, n.4, pp.710-719. ISSN 0102-7972 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722011000400011>.
- Bergeret, J. (2004). *Psicologia Patológica: Teórica e Clínica*. Lisboa: 2ª Edição, Climepsi Editores.
- Bléandonu, G. (1999). *As consultas terapêuticas pais-filhos*. Lisboa, CLIMEPSI Editores.
- Braghirolli, E. M., Bisi, G. P., Rizzon L. A., Nicoletto U. (2015). *Psicologia Geral*. Rio de Janeiro: 36ª Edição, Vozes Editora.
- Brasil, Camara dos Deputados. *Projetos de Leis e outras proposições*. Disponível em «<http://www2.camara.gov.br/proposicoes/loadfame.html>».
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1979).
- Caniço, H., Bairrada, P. Rodrigues, E., Carvalho, A. (2010, Junho) in *Novos tipos de Família*. Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 13-24.
- Carvalho, J. E. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico «Saber fazer» da investigação para dissertações e teses*. Lisboa: 2ª edição, Escolar Editora.
- Ceconelio, A. M., Antoni, C., Koller, S. H. (2003). *Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar*. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, num. esp., pp. 45-54.

- Chincalece, L., Silva, G. J., (2017). *Avaliação Psicológica Pericial na Parentalidade in Xarepe, F., Costa, I., Morgado M.: O Risco e o Perigo na Criança e na Família.* Cap. 14 (pp 179-190). Lisboa: 1ª Edição, Editores Pactor.
- Cia, F., Pamplim., R. C. O., Williams, L. C. A. (2006). *O impacto do envolvimento parental no desempenho acadêmico de crianças escolares.* Psicologia em Estudo, vol. 13, núm. 2, Abril/Junho 2008, pp. 351-360 Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122107018>.
- Colombo, I. R., Agosta, C. B., Barilari, Z. (2013). *Abuso y maltrato infantil.* Inventário de frases revisado. Florida: 3ª Edição, Cauquen Editora.
- Cruz A. A. (2019). *As transformações sociais e culturais da família, in Psicologia na Prática jurídica.* Cap.4, pp. 66-83.
- Cruz, O. & Lima, I. A. (2012). *Qualidade do ambiente familiar - preditores e consequências no desenvolvimento das crianças e jovens.* Revista Amazônica nº8, (1), 246-265.
- D'Oliveira. T. (2007). *Teses e Dissertações: Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos.* Lisboa: 2ª Edição, Editora RH.
- DCI – Brasil/CUT (1996). *Trabalho Infantil no Brasil: um estudo das estratégias e políticas públicas para sua eliminação.* São Paulo: Mimeografada.
- De Antoni, C., Batista, A.F. (2014). *Violência familiar: Análise de fatores de risco e proteção.* Diaphora: Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul 14 (2), Set/Dez, pp. 26-35.
- De Antoni, C., Medeiros, F., Hoppe, M. W. & Koller, S. H. (1999). *Uma família em situação de risco: resiliência e vulnerabilidade.* Interfaces: Revista de Psicologia, 2, pp. 81-85.
- De Antoni, C., Mesquita, J. & Koller, S. H. (1998). Perfil de meninas maltratadas: levantamento de dados em uma Casa de Passagem [Resumo]. Em Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (Org.), Anais do II Congresso Psicologia do Desenvolvimento (p.46). Gramado, RS: SBPD.

- Dias, M. O. (2011). *Um Olhar Sobre a Família na Perspetiva Sistémica o Processo de Comunicação no Sistema Familiar*. Gestão e Desenvolvimento, 19, 139-156.
- Falcke, D., Rosa, W, L., & Steigleder, T. V. A. (2012). Estilos Parentais em Famílias com Filhos em Idade Escolar. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil, M. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 5 (2), jul - dez, pp. 282-293.
- Faleiros, E. T. S. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de Crianças e adolescentes*. Brasília: CECRIA.
- Filho, H. C., (2004). *O ciclo de vida do individuo e do sistema familiar* in Borges, C. F & Filho, H. C., (2004). Aconselhamento: usos, abusos e dependências (pp 31-53). Lisboa, CLIMEPS: Editores.
- Filomena, S. (2017). *Boas Praticas de Educação Na Primeira Infância in Aliança para Promoção do Desenvolvimento da Comuna de Hoji-ya-Henda* (APDCH).
- Freixo, V. J. Manuel (2018). Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas. Lisboa: 5ª Edição, Edições Piaget.
- Garbarino, J. & Barry, F. (1997). *The community context of child abuse and neglect*. Em J. Garbarino & J. Eckenrode (Orgs.), *Understanding abusive families: ecological approach to theory and practice* (pp. 56-85). San Francisco: Jossey-Bass.
- Gomes, A. (2017). A Relação de Casal... na Encruzilhada entre a Conjugalidade e a Parentalidade. in Xarepe, F., Costa, I., Morgado M.: O Risco e o Perigo na Criança e na Família. Cap. 16 (pp 217-224). Lisboa: 1ª Edição, Pactor Edições.
- Gomes, J. V. (1998). Vida familiar e trabalho de crianças e jovens pobres. Paidéia, FFCLRP – USP. Ribeirão Preto.
- Guadalupe, S. (2012). A Intervenção do Serviço Social na Saúde com Famílias e em Redes de Suporte Social. In Carvalho, M. I. - Serviço Social na Saúde. Lisboa: 1ª Edição, Edições Pactor.
- Gueniche, K. (2005) Psicopatologia descritiva e interpretativa da criança. Lisboa: 1ª Edição, Climepsi Editores.

- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., Machado, P. X. (2006). Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. vol.19, n.3, pp.379-386. ISSN 0102-7972. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722006000300006>.
- <http://anamaria.uol.com.br/noticias/familiafilhos/abuso-sexual-infantil-mais-perto-do-que-se-imagina.phtml>.
- Intebi, I. – (2011) *Proteger, reparar, penalizar: evaluación de sospechas de abuso sexual infantil*. - La ed.- Buenos Aires: Granica.
- Kristensen, C. H., Oliveira, M. S. & Flores, R. Z. (1999). Violência contra a criança e adolescentes no grande porto alegre. Parte B: Pode piorar? Em AMENCAR (Org.), Violência doméstica (pp.104-117). Brasília: UNICEF.
- Lakatos, E. M., Marconi, M. A. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: 5ª Edição, Editora Atlas S.A.
- Lei nº 25/12 de 22 de agosto (2012). Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança. Diário da República de Angola, I Serie - Nº 162 de 22 de Agosto, pp. 3692-3693.
- Leoncio, É. T., Souza, S. R. P., Machado, J. L M. (2017). Degradação do Vínculo Parental e Violência contra a Criança: O uso do Genograma Familiar na Prática Clínica Pediátrica. <http://dx.doi.org/10.1590/19840462/;2017;35;2;00009>.
- Lopes, J. & Loureiro, S. R. (2007). Enfrentamento e regulação emocional de crianças filhas de mães depressivas. *Interação em Psicologia* 11 (2), 253-262.
- Maia, J. M. & Williams, L. A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área Temas em Psicologia - Vol. 13, nº 2, pp 91 – 103 - Sociedade Brasileira de Psicologia Ribeirão Preto, Brasil.
- Maldonado, P. D. & Williams A. C. L., (2005). O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, set./dez, pp. 353-362.



- Marasca, A. R., Colossi, P. M., Falcke, D. (2013). Temas em Psicologia - Violência Conjugal e Família de Origem: Uma Revisão Sistemática da Literatura de 2006 a 2011, I Vol. 21, nº 1, 221 – 243 DOI: 10.9788/TP2013.1-16 - SSN 1413-389X.
- Marcelli, D. (2005). Infância e psicopatologia. Lisboa: 1ª Edição, Climepsi Editores.
- Matos, A. (2006). Psicanálise e psicoterapia psicanalítica. Lisboa: 2ª Edição, Climepsi Editores.
- Máximo-Esteves, L. (2008). Visão Panorâmica da Investigação-Ação. Porto: Porto Editora.
- Meira, R. C. M. & Centa, L. M. (2003). A evolução da família e suas implicações na educação dos filhos – Revista: Família Saúde e Desenvolvimento, Curitiba, v5, n.3, pp. 223-230, set/dez. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/esd.v5i3.8085>.
- MINARS & INE - Angola (2016). Existência de crianças vítimas de violência. Disponível (diário de notícias [www. dn.pt](http://www.dn.pt).)
- Oates, R. K., Ryan, M. & Booth, S. M. (2000). Child physical abuse. In R. Ammerman e M. Hersen (Orgs.), *Cases studies in family violence* (pp. 133-176). New York: Plenum.
- OMS (2002). *World report on violence and health. Summary*. OMS: Geneva. (On–line). Disponível em <http://www.who.int/publications/en/> Extraído da World Wide Web a 19 de Abril de 2019.
- Patia, N. D., Bossi, T. J., Dell’Aglia, D. D. (2014). Repercussões da Exposição à Violência Conjugal nas Características Emocionais dos Filhos: Revisão Sistemática da Literatura ISSN 1413-389X *Trends in Psychology* / Temas em Psicologia – 2014, Vol. 22, nº 4, 901-915 DOI: 10.9788/TP2014.4-17.
- Patterson, G. R. & Capaldi, D. M. (1991). *Antisocial parents: unskilled and vulnerable*. Em P. A. Cowan & M. Hetherington (Orgs.), *Family Transitions* (pp. 195-218). New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Perrenoud, (2001). “O que a escola faz às famílias” Oeiras: Celta Editora.
- Quivy. R., Campenhoudt, L.V., (2013). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: 6ª Edição, Editora Gradiva.

- Redondo, J (2017). Quando o Passo está Desacertado: Violência no Contexto Familiar e ser Criança in Xarepe, F., Costa, I., Morgado M.: O Risco e o Perigo na Criança e na Família. Cap. 6 (pp 43-59). Lisboa: 1ª Edição, Edições Pactor.
- Reis, F. L., (2018). Investigação Científica e Trabalhos Académicos: Guia Prático. Lisboa: 1ª Edição, Edições Silabo.
- Rodrigues, W. M. (2005). Abuso sexual infanto-juvenil: uma análise à luz da jurisprudência penal Brasileira in Veronese, J. R. P. (Org). Violência e exploração sexual infanto-juvenil: crimes contra a humanidade. Florianópolis: OAB/SC, Editora.
- Rosas, P. M. M. J (2019). O afeto como elemento transformador do conceito de família, in Psicologia na Prática jurídica 2019. Cap.3 p. 52-65.
- SADC,. Pacote Mínimo de Serviços para órfãos e outras crianças vulneráveis (2012) fecong.org › criança › ReforcoSistemasProtecaoCriancaAfricaSubsariana.
- Sani, A. & Caprichoso, D. (2015). Crianças em situação de risco por exposição à violência doméstica in Crianças em risco e perigo: contextos, Investigação e Intervenção. Lisboa: 1ª edição, Edições Silabo.
- Sani, A. (2016). Violência sobre Crianças em Contexto Doméstico: Da Dimensão do Problema à Resposta Social, in Amaro & Fausto (2019). Criminologia e Reinserção Social. Lisboa: 1ª Edição, Edições Pactor.
- Sani, A. (2018). Intervenção terapêutica em grupo com crianças expostas à violência doméstica in Violência, Agressão e Vitimação: práticas para a intervenção/ coord. Sani A. & Caridade, S. Coimbra: 2ª Edição, Edições Almedina.
- Santos, C. M. (2013). Problemas de Saúde Mental em Crianças e Adolescentes: Identificar, Avaliar e Intervir. Lisboa: 1ª Edição, Edições Silabo Lda.
- Schaffer, R. H. (2004). Introdução à Psicologia da Criança. Instituto Piaget (Epigénese, desenvolvimento e Psicologia). Lisboa: Stória Editores, Lda.
- Silva, A. C. A., Lins, W. R. M. (2013) Quando crianças abusam de outras crianças. Rev. Psicologia em Foco Frederico Westphalen v. 5 n. 6, p. 48-65 Dez.

- Silva, S. V. M. (2009). Abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma análise do projeto “Depoimento Sem Dano”. Olhares Plurais – artigos.
- Simões, J.R.A, (2016). A Investigação Qualitativa – Tomo 1. Luanda: 1ª edição, Mayamba Editora.
- Simons, R. L. & Johnson, C. (1996). *The impact of marital and social network support on quality of parenting. In G. R. Pierce, B. R. Sarason & I. G. Sarason (Orgs.), Handbook of social support and the family* (pp. 269-287) New York.
- Simons, R., Whitbeck, L. B., Conger, R. D. & Chyi-In, W. (1991). Intergenerational transmission of harsh parenting. *Developmental Psychology*, 27(1), 159-171.
- Sociedade Brasileira de Pediatria (2001). Guia de Atuação Frente a Maus-Tratos na infância e na adolescência: Orientações para pediatras e demais profissionais que trabalham com crianças e adolescentes. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/MausTratos-SBP.pdf>.
- Sousa, M. & Sarmento, T. (2009-2010). Escola – família - comunidade: uma relação para o sucesso educativo. *Gestão e Desenvolvimento*. Viseu. ISSN 0872-556X. Nº 17-18.
- Strongman, K. T. (2004). A Psicologia da Emoção. Lisboa: 2ª Edição, Climepsi Editores.
- Szelbrackowski, A. C. & Dessen, M. A. (2007). Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares: Revisão de Literatura. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 12 (1), 33-40.
- UNICEF- Angola - Legislação sobre os direitos da criança /Unicef. <https://www.unicef.org.angola>, acessado ao 10 de Março de 2019.
- Vargas, E. S., Magaieski, R. C., Isaurralde, S. R. S., Ormeno, G. I. R., Paroschi, E. E. S. (2013) Conceituação de estilos parentais X visão educacional de Ellen White in *Acta Científica, Engenheiro Coelho (UNASP)*, V.22, nº1, SP, p. 27-52.
- Viegas, M. L. & Costa, A. F. (orgs.) (1998). Portugal, Que Modernidade? Oeiras, Celta.
- Vieira, F. A. R., Moura, M., Ferreira B. (2019). A metodologia qualitativa em estudos etnográficos de dança tradicional e popular Portuguesa. In Azeredo, Z. (2019)

- (Coord.). Teoria e Prática em investigação qualitativa. Cap. 4, pp. 57-89 Lisboa: Edições Piaget.
- Wall, K. (2005). Os grupos domésticos de co-residência. In K. Wall (Ed), Famílias em Portugal: Percursos interações, redes sociais (pp.553-597) Lisboa.
  - Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G. & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: transmissão intergeracional de estilos parentais, *Paidéia*, 16 (35), 407-414.
  - Wellis, A. (2003). Perturbações emocionais e metacognição. Lisboa: 1ª Edição. Climepsi Editores.
  - World Health Organization & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect. (2006). *Preventing Child Maltreatment: a guide to taking action and generating evidence*. Geneve: Who Press.
  - Zimerman, David E. (2010). Fundamentos psicanalíticos: Teoria, técnica e Clínica – uma abordagem didáctica. Porto Alegre: Artmed.

## **ANEXOS**



## ANEXO A

## INQUÉRITO SOBRE A CRIANÇA EM IDADE ESCOLAR E VIOLÊNCIA PARENTAL

**Introdução**

Para se construir uma entrevista, para além da formulação do problema é necessário conhecer o perfil dos entrevistados, o local para aplicar e os meios a utilizar. O presente inquérito será aplicado nos distritos urbanos, com o método hétero administrativo.

Na formulação das questões, partiremos do conceito das dimensões, e dos indicadores para elaboração das perguntas.

Antes de aplicar a entrevista, efectuaremos um estudo de validade de conteúdo, solicitando a intervenção de juízes (Simões, 2016, p. 62, 63).

**Objectivos:** Avaliar os indicadores de violência parental na criança em idade escolar.

**I. Definição do conceito, determinação das dimensões e formato das perguntas**

<b>O que é violência parental?</b> A violência no contexto familiar abarca uma diversidade de alvos, múltiplas ofensas e formas de vitimação direta e indireta (Sani, 2018, p. 36).	<b>DIMENSÕES (física, psicológica e social)</b>		<b>Formato de perguntas</b>
	<b>I. Forma mais ou menos favorável</b>	<b>II. Desfavoráveis</b>	
	<b>Indicadores</b> Aspectos que facilitam a dinâmica familiar	<b>Indicadores</b> Aspectos que dificultam a dinâmica familiar	Fechadas

## II. Aspectos que facilitam a dinâmica familiar

1. A criança passa maior parte do tempo com os seus progenitores?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

2. Existe amor e calor humano entre os membros da família?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

3. Na família realizam algumas actividades em comum?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

4. A criança frequenta algum estabelecimento de ensino?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

5. O pai exerce actividade profissional no período nocturno?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

6. Os pais trabalham por turno?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

7. Tomam as refeições no mesmo horário?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

8. Tem algum adulto que substitui a ausência dos pais?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		



### III. Aspectos que dificultam a dinâmica familiar

- A criança passa maior parte do tempo sozinha?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

- Existe frieza e distância entre os membros da família?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

- A criança está preocupada ou apreensiva?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

- A criança passa maior parte do tempo com desconhecidos?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

- A criança sofre agressões físicas?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

- A criança sofre agressões verbais?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

- Os pais agredem-se fisicamente na presença da criança?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

- Os pais proferem palavras obscenas na presença da criança?

1	2	3	4	Concorda com essa pergunta?	
				Sim	Não
Não clara	Pouco clara	Muito clara	Bastante clara		

#### IV. Validação antes da aplicação do instrumento

A validade de conteúdo envolve várias etapas, começa pela avaliação das perguntas propostas por um grupo de juízes, terminando, caso necessário, pela eliminação ou reformulação de algumas delas (Simões, 2016, pp. 69-74).

Para o presente inquérito, utilizamos o cálculo do índice de validade de conteúdo (IVC)

Com base na escala do tipo Likert, cujas pontuações vão de 2 a 4, assim distribuídas:

1 = Não Claro

2 = Pouco Claro

3 = Muito Claro

4 = Bastante Claro

Conforme Wynd, Schmidt e Schaefer (2003), citado por (Simões, 2016 p.70), o índice de validade de conteúdo expressa-se através das seguintes formulas:

$$IVC = \frac{\text{Respostas 3,4}}{\text{Total de juízes}}$$

A taxa do IVC (Índice de Validade de Conteúdo) normalmente aceite é de 0,78% ou superior (Lynn, 1986, ibid).

Para o cálculo do índice de validade de conteúdo são necessárias as seguintes etapas e os correspondentes passos:

#### ETAPA I

##### Determinar o IVC

##### Passo 1. Construção da Matriz de dados

Perguntas													
Juízes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													

Perguntas													
Juizes	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													

Perguntas														
Juizes	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														

## Passo 2. Cálculo do Índice de Validade de Conteúdo

Perguntas													
Juizes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
(3.4)													
%													

Perguntas													
Juizes	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
(3.4)													
%													

Perguntas														
Juízes	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
(3.4)														
%														

**Passo 3.** Eliminar as perguntas que obtiveram uma cotação abaixo dos 70%. Neste caso as perguntas: **2, 7, 8, 19, 34, foram excluídas.**

## ETAPA 2

### Cálculo do nível de concordância entre Juízes

#### Passo 1. Construção da Matriz de dados

Juízes Perguntas	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7	J8	TC	TM	Taxa%
P1											
P2											
P3											
P4											
P5											
P6											
P7											
P8											
P9											
P10											
P11											
P12											
P13											

**TC** = Total de membros que concordam

**TM** = Taxa total de membros do painel de juízes

**Taxa** = Taxa de concordância obtida pela fórmula

**NC** = Não concorda

**C** = Concorda

A versão final do inquérito conta com 41 perguntas, foram excluídas 5 das 45 questões iniciais (**2, 7, 8, 19, 34**).

**ANEXO B****INQUÉRITO SOBRE CRIANÇA EM IDADE ESCOLAR E VIOLÊNCIA PARENTAL**

Caro munícipe, estamos a questioná-lo(a) a fim de nos dar informações sobre a sua opinião em relação à criança em idade escolar e violência parental no município de Talatona. Esta entrevista enquadra-se numa investigação para obtenção do grau de Mestre, pelo Instituto Superior Piaget de Viseu. Os resultados são importantes não só para os investigadores, como também para avaliar indicadores de violência em crianças.

Não há repostas certas, nem erradas, é importante que responda a todas as perguntas, de acordo com a sua opinião. Garantimos a confidencialidade de todas as informações que nos fornecer.

**I. Dados Sociodemográficos do Inquerido**

Nome: (Opcional)

Idade: \_\_\_\_\_ Anos

Sexo: M ( ) F ( )

Nível de escolaridade:

Residência: \_\_\_\_\_ Rua \_\_\_\_\_ Nº da Casa \_\_\_\_\_

Distrito Urbano: \_\_\_\_\_

Data de aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

<b><u>CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO:</u></b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
--------------------------------------	------------	------------

<b>INQUÉRITO SOBRE CRIANÇA EM IDADE ESCOLAR E VIOLÊNCIA PARENTAL</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>
1	A criança passa maior parte do tempo com um dos seus progenitores		
2	Existe amor e calor humano entre os membros da família		
3	Realizam algumas actividades em comum		
4	A criança frequenta algum estabelecimento de ensino (ATL)		
5	O pai exerce actividades profissionais durante dia		
6	A mãe exerce actividades profissionais durante o dia		

7	O pai exerce actividades profissionais durante a noite		
8	A mãe exerce actividades profissionais durante a noite		
9	Um dos progenitores trabalha por turnos		
10	Tomam as refeições no mesmo horário		
11	Tem algum adulto que substitui a ausência dos pais		
12	A criança passa algum tempo com os seus pais?		
13	A criança passa alguma parte do tempo sozinha(o)		
14	Existe frieza e distância entre os membros da família		
15	A criança parece bem, descontraída e capaz de sorrir		
16	A criança esta preocupada ou apreensiva		
17	A criança demonstra apatia ou tristeza		
18	A criança conversa, participa e coopera		
19	Ao falar dos pais, a criança demonstra afecto		
20	A criança passa parte do seu tempo com desconhecidos		
21	A criança cuida das tarefas domésticas		
22	A criança demonstra sinais de maus tratos		
23	A criança sente medo que os seus pais a abandonem		
24	A criança sofre agressões físicas		
25	A criança sofre agressões verbais		
26	A criança apresenta comportamentos eróticos		
27	A criança tem comportamentos verbais de natureza sexual		
28	A criança apresenta postura sedutora		
29	A criança já teve iniciativas de actos sexuais		
30	A criança faz brincadeiras sexualizada		
31	A criança apresenta hematomas		
32	A criança tem privacidade		
33	A criança pode tomar as suas próprias decisões		
34	A criança esconde algum tipo de segredo a pedido de um dos pais		
35	A criança tem manifestado comportamentos agressivos para com os outros		
36	Os pais proferem palavras obscenas na presença da criança		
37	Os pais agridem-se fisicamente na presença da criança		
38	Os pais apoiam a criança na resolução de tarefas diárias		
39	A criança vive com os progenitores		
40	A criança vive apenas com um dos progenitores		
41	Os pais demonstram apoio ou satisfação, quando a criança faz alguma coisa acertadamente		

Muito obrigada pela participação!

**ANEXO C****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_, após ter lido a carta de informação e ter sido esclarecido(a) pela estudante de mestrado a respeito da sua Dissertação intitulada como “Criança em Idade Escolar e Violência Parental”. Concordo em participar deste estudo. Estou ciente de que não serei identificado(a) em nenhum momento, que as minhas expostas serão anónimas. Concordo, voluntariamente, em participar deste estudo e sei que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou qualquer prejuízo ao meu tratamento.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do responsável legal)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura da testemunha)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido do responsável legal para a participação neste estudo.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(A Estudante)







Campus Viseu

ISEIT

## Declaração

Para os devidos efeitos se declara que dissertação sobre *Criança em idade escolar e violência parental* elaborada pela **Dr<sup>a</sup> Ernestina Bonguela Candeale Manuel** se encontra apta a ser presente a júri de avaliação

Viseu 12 de Novembro de 2019

A Orientadora



Professora Doutora Zaida Azereredo



**Instituto Piaget***Campus Académico de Viseu***Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares (I.S.E.I.T) /Viseu**

Decreto-lei N° 211/96 de 18 de novembro

***Mestrado em Saúde e Intervenção Comunitária***

Viseu, 19 de Março de 2019

**Assunto:** Pedido de Autorização para Investigação Científica**Exma. Sra.****Administradora Municipal de Talatona**

Eu, **Ernestina Bonguela Candele Manuel**, finalista do mestrado em Saúde e Intervenção Comunitária, do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares – Viseu, encontro-me a realizar um trabalho de investigação inserido no âmbito da Dissertação, intitulado “**CRIANÇA EM IDADE ESCOLAR E VIOLÊNCIA PARENTAL (Município de Talatona)**”.

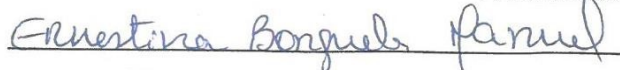
Neste sentido, venho solicitar a devida autorização para a colaboração da V/ instituição, na resposta aos instrumentos de avaliação e na dinâmica experimental.

Saliento que está salvaguardada a confidencialidade dos dados obtidos, segundo os preceitos éticos próprios da aplicação de testes desta natureza.

Grato pela atenção dispensada, fico a aguardar a V/ resposta ao meu pedido.

Os meus melhores cumprimentos.

A Discente:

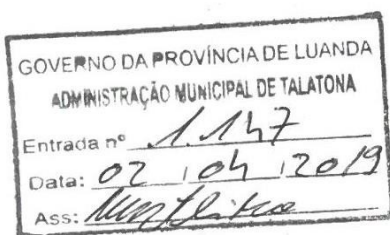


(Ernestina Bonguela Candele Manuel)

A Orientadora:



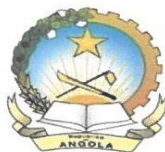
(Prof. Doutora Zaida Azeredo)

O Coordenador do Mestrado:  xV

(Prof. Doutor Paulo Alves)







**REPÚBLICA DE ANGOLA  
GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA  
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TALATONA  
GABINETE DO ADMINISTRADOR MUNICIPAL ADJUNTO PARA ÁREA  
POLÍTICA, SOCIAL E DAS COMUNIDADES**

**AO  
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS  
INTERCULTURAIS E TRANSDISCIPLINARES  
(I.S.E.I.T)/VISEU**

**CORDIAIS SAUDAÇÕES:**

Em resposta ao pedido de autorização para trabalho de investigação científica a nível do Município de Talatona, datado em 19 de Março do corrente ano, S/Ref com o número entrada 1.147.

Vimos informar que a Solicitação em nome da Múncipe ERNESTINA BONGUELA CANDELE MANUEL foi devidamente AUTORIZADO.

Sem outro assunto de momento, reiteramos as nossas saudações.

**“JUNTOS PARA O DESENVOLVIMENTO”**

**Gabinete do Administrador Municipal Adjunto para Área Política, Social e das Comunidades, Talatona aos 25 de Abril de 2019.**

**O ADMINISTRADOR ADJUNTO**

**FRANCISCO FRANCO ANDRADE DE LEMOS**



